

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

Relatório da Administração





Conteúdo

INTRODUÇÃO.....	2
MENSAGEM DO PRESIDENTE	2
MISSÃO, VISÃO E VALORES	8
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	9
UNIDADES DE PRODUÇÃO	10
Fábrica da Estrela (FE)	11
Fábrica Presidente Vargas (FPV)	12
Fábrica de Itajubá (FI)	12
Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	13
Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE).....	14
DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL	15
Desempenho Ambiental	16
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	17



INTRODUÇÃO

As informações que constam do presente Relatório referem-se ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Este relatório tem por objetivo apresentar, de forma sucinta, os dados de desempenho econômico, financeiro, social e ambiental da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL foi criada em 1975 como uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército. Recebeu a missão de desenvolver e produzir material de defesa, de segurança e seus derivados para uso civil. A IMBEL integra a Base Industrial de Defesa Nacional (BID).

A IMBEL completou 42 anos de existência em 2017 e é constituída de um conglomerado de cinco Unidades de Produção (UP).

As UP, criadas bem antes da própria IMBEL, possuem estrutura de organização militar, com unidades residenciais, clubes e áreas de lazer para funcionários, além de operar refeitórios a exemplo dos ranchos dos quartéis. À exceção da Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE), as demais possuem imenso patrimônio imobiliário administrado e custeado pela Empresa.

Pesa ainda o fato de que a insuficiência de recursos financeiros, ao longo do tempo, resultou na ausência de investimentos para a modernização das plantas das Fábricas, o que gerou menor produtividade e elevados custos de produção.

Tudo isto resultou um quadro geral com custos fixos elevados, baixa lucratividade e canalização de pessoal para atividades não fundamentais para o negócio.



Diante deste quadro, a IMBEL passou, nos últimos nove anos, por mudanças significativas que têm impactado a gestão administrativa e financeira da Empresa.

Em 2008, a IMBEL tornou-se dependente do Tesouro Nacional, com o reconhecimento pelo Governo Federal de sua importância estratégica para o País. Desde então, recebe recursos do orçamento federal e segue a legislação do Direito Público. Em consequência, apresenta suas demonstrações contábeis conforme as Leis 4320/67 e 6404/76, e assume as responsabilidades e consequências decorrentes da sua inclusão no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

A transferência da sede para Brasília-DF, iniciada em 2008 e ainda não concluída, visa tornar a IMBEL mais ágil e moderna, mediante a incorporação de novos sistemas, equipamentos e metodologia de gestão.

O Planejamento Estratégico atual contempla os seguintes objetivos: recuperar a capacidade instalada, priorizando as plantas cujos produtos são mais lucrativos; incrementar a capacidade instalada com máquinas e equipamentos modernos; dar especial atenção à segurança do trabalho, qualidade do produto e adequação das linhas de produção à legislação e normas ambientais; baixar custos dos produtos e desfazer-se do patrimônio imobiliário não utilizado nas atividades operacionais das UP.

Em decorrência dos objetivos listados e da disponibilidade de recursos financeiros em 2017, ocorreram as ações e projetos abaixo:

- **Corporativos:** Atualização do EMS (*Enterprise Management System*) onde iniciou-se o ano de 2017 com a versão 12.1.10 e terminou-se com a versão 12.1.18, foi concluída a parametrização e implantação do Módulo de Ponto Eletrônico e encontra-se em fase de parametrização os Módulos de Segurança e de Medicina do Trabalho, o Bloco K e o eSocial; e foram comercializadas 39 (trinta e nove) casas e 13 (treze) terrenos do patrimônio imobiliário, gerando uma receita de R\$4.284.013,77 (quatro milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, treze reais e setenta e sete centavos).

- **na Fábrica da Estrela (FE):** Manutenção da Infraestrutura para atendimento da capacidade estratégica; Finalização da automação da linha de produção de reforçadores (*Booster*); Substituição de um tanque de alumínio de 30 m³ para ácido nítrico concentrado



na Unidade de Altos Explosivos (SEEX); Modernização da Subestação principal de Energia da FE; Finalização da Seção de Preparação de Alimentos (SEPAL) com a adoção do Ticket Refeição; Redução das despesas com pessoal em virtude da definição da área de periculosidade; Adequação da Portaria da FE para acesso de caminhões de grande porte ao interior da Fábrica para fins de carregamento de explosivos; Recuperação de diversas instalações sanitárias das plantas de produção e do prédio administrativo.

- **na Fábrica Presidente Vargas (FPV):** Adequação à Legislação Ambiental (Melhoria no tratamento primário de efluentes); Preparação da área fabril, visando reduzir a área de periculosidade na Fábrica; Implementação da industrialização por encomenda; Aquisição de bens permanentes, (substituição de itens e aquisição de itens novos) para melhoria da eficiência dos processos produtivos do TNT e de NC; Aquisição de bens permanentes para a área de manutenção, a fim de aprimorar a eficiência do atendimento das manutenções mecânica, elétrica e instrumentação; Recuperação de prédios das áreas produtiva e administrativa; Aquisição de equipamentos de análises e monitoramento do tratamento de efluentes; Adequação das áreas intermediárias para disposição de resíduos perigosos; Regularização das Unidades Residenciais para alienação; Realização de alterações e/ou adaptações nos estoques, nos produtos e nos processos de produção; Execução do plano de redução de despesas; Implantação de turnos fixos de trabalho, a fim de aumentar a produtividade; Melhoria na determinação do resultado da análise do Ponto de Solidificação (PS) do Trinitrotolueno, melhorando a confiabilidade e registro dos resultados; Realização de desassoreamento e manutenção das barragens das Represas Marechal Argolo, Córrego Fundo e Benfica; Realização dos Diálogos Semanais de Segurança (DDS), a fim de manter a conscientização dos aspectos da segurança do trabalho; e, por fim e com destaque especial, a contratação de 30 (trinta) empregados por tempo determinado para os cargos de técnico em química e operador de produção, visando atender o incremento momentâneo da demanda pelos produtos da UP.

- **na Fábrica de Juiz de Fora (FJF):** Finalização da recuperação das instalações em decorrência do incidente ocorrido em agosto de 2016, visando o aperfeiçoamento dos Processos de Fabricação e retomada da Produção; Início da execução de Projetos de Melhoria da Infraestrutura (reconstrução de paióis, Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA, transferência da Oficina N° 04-Pequenos Detonadores, unificação das oficinas de montagem dos Tiros 90 e 105 mm e Sistema de Monitoramento e de Segurança,



dentre outros); Adequação do Sistema de Gestão da Qualidade a fim de realizar a migração do Certificado ISO 2008 para 2015; Implantação da nova Sistemática de Periculosidade, a qual reduz a exposição ao risco e proporciona maior segurança aos colaboradores; e Venda de aproximadamente 90 % (noventa por cento) dos Ativos Imobiliários Não Operacionais previstos para serem alienados no ano de 2017.

- **na Fábrica de Itajubá (FI):** Diminuição da mão de obra excedente da fábrica, reduzindo o custo fixo da UP; Construção de um moderno depósito de resíduos, atendendo à legislação ambiental vigente e melhorando as condições de segurança dos colaboradores; Realização de investimentos na melhoria da usinagem de peças críticas do Fuzil IA2 (Peça 24E-Caixa da Culatra); Revalidação da versão 9001/2008 da ISO, garantida por auditoria realizada pelo DCTA; Conclusão do Projeto de controle de ruído na UP, atendendo assim a um TAC imposto; Obtenção da aprovação no CAEx da CAR 7.62 IMBEL A2, possibilitando a inserção de mais um produto no portfólio IMBEL em futuro próximo.

- **na Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE):** adoção do novo organograma, com descentralização administrativa em todos os níveis, incluindo: transferência do OD para o Gerente Administrativo e desativação da Gerência Industrial, com a adoção experimental das áreas de engenharia e produção sob gerências (ou equivalente) distintas; Reativação da Seção de Mercado, com vinculação direta ao Chefe de Fábrica; Conclusão do Protótipo do Sistema Gênesis V4 AR (softwares, computadores e rádios); Continuação do desenvolvimento do Gênesis V6 AR e início do desenvolvimento do Gênesis V5 AP (M109 A5+ BR); Modernização de todo o portfólio de hardware, desvinculando a família de rádios VHF (Mallet II) do Sistema Gênesis, com a revisão completa do projeto e programação para avaliação no CAEx; Evolução do projeto TPP-1400 para o conceito do COBRA/IMBEL; Aceleração do desenvolvimento do Rádio Rondon, com o recebimento dos primeiros recursos da FINEP; Demonstração conceitual da "Rede Tática IMBEL", integrando em voz e dados redes rádio de diferentes faixas de frequência e mesmo de rádios de outros fabricantes; Retomada das negociações de parceria técnica com outras empresas, incluindo a integração de optônicos das empresas SAFRAN e AEL Systems, aos projetos COBRA e Gênesis; Reorganização da área de produção, com a migração da manutenção corretiva para preventiva, de equipamentos da produção e dos laboratórios da engenharia e da qualidade; Reorganização conceitual da qualidade;



Realização de testes de validação do sistema de C2 da VBTP Guarani, nas guarnição do RJ; Preparação para a mudança de Instalações, com o desenvolvimento do projeto da nova fábrica, realizado em conjunto com a EcoRodovias e a equipe terceirizada de projetos (três escritórios: arquitetura, estruturas e infraestruturas).

Paralelamente, diante do quadro favorável que surgiu, em decorrência de ações passadas, buscou-se o aperfeiçoamento da gestão e a redução de desperdícios. Tal fato possibilitou uma sensível redução no déficit da IMBEL.

O Planejamento Estratégico elaborado em 2015, com horizonte temporal 2017-2026 terá como maior objetivo promover ações que tornem a IMBEL uma Empresa não dependente, passando então de um modelo puramente industrial para um modelo híbrido-industrial e gerencial.

Dessa forma, numa primeira etapa, no período de 2017 a 2021, diversas ações serão efetivadas buscando possibilitar a conquista da não dependência. Dentre essas ações destacam-se a venda de todo o patrimônio imobiliário que a Empresa possui não vinculado com sua atividade fim; redução do seu portfólio de maneira a permanecer apenas produtos estratégicos; automatização de suas plantas e redução de efetivos por intermédio da terceirização das atividades meio nas fábricas.

Com isso a IMBEL será, até 2021, uma Empresa confiável no cumprimento de seus contratos e competitiva no mercado o que lhe permitirá exportar parte de seus produtos e, finalmente, deixar de ser deficitária.

Numa segunda etapa, no período 2022 a 2026, a meta é tornar a IMBEL uma empresa também gerencial, com grande capacidade e velocidade de inovação e, portanto, em bem melhores condições de atender seus clientes.

A adoção do Plano de Ação Cooperativo desde 2016, transformando o Plano Estratégico em realidade, tem, paulatinamente, melhorado o desempenho administrativo, produtivo e comercial, ao mesmo tempo em que oferece parâmetros de fiscalização e controle dos resultados alcançados com estas ações.

Os objetivos previstos para serem alcançados em 2017, na sua grande maioria foram atingidos, tanto no nível corporativo quanto setorial e operacional.



Diante do exposto, fica evidenciado um ano de muitas realizações, indicando que muito ainda há a ser feito na incessante busca da melhoria contínua, e até mesmo da transformação da IMBEL, para que a Empresa enfrente em melhores condições os desafios do mercado de defesa e segurança.

Assim, compatibilizando a realidade organizacional e a realidade da cultura interna com as aspirações de uma empresa forte e tradicionalmente com elevada credibilidade junto aos clientes, parceiros e fornecedores, estão sendo dados passos, talvez pequenos, mas firmes para cada vez mais consolidar a nossa visão de futuro: “aprimorar e consolidar a imagem da IMBEL no mercado nacional e internacional e ser reconhecida como empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e de segurança”.

Brasília, DF, 3 de março de 2018.

General de Divisão R/1 CELSO JOSÉ TIAGO
Diretor-Presidente



MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

"Fornecer soluções de defesa e segurança com elevado conteúdo tecnológico, mantendo-se apta a atender à mobilização industrial e a fomentar a indústria nacional de defesa."

Visão

"Ser reconhecida no mercado nacional e internacional como uma empresa de excelência no desenvolvimento, fabricação e fornecimento de soluções de defesa e segurança."

Valores

Todos os integrantes da IMBEL devem ter como guias os comportamentos, atitudes e decisões definidos e sustentados por:

- **Comprometimento:** a IMBEL deve contar com quadro de funcionários e gestores comprometidos com a nova Missão e Visão de Futuro da empresa. Os integrantes devem estar dispostos a contribuir efetivamente no enfrentamento de novos desafios, ajudando a organização a escrever a sua história.
- **Criatividade:** capacidade essencial para os colaboradores que querem inovar, criar coisas novas ou pensar de forma diferente, original e nunca imitando o que já foi feito. A criatividade deve resultar em soluções que permitam à empresa economizar ou criar produtos e soluções inovadoras. A IMBEL deve, portanto, estimular o desenvolvimento da criatividade de seus integrantes e aproveitá-la com tempestividade.
- **Eficiência:** reflete a necessidade da empresa se tornar mais competitiva, através de maior produtividade, menores custos e despesas e maior agilidade nos processos produtivos, logísticos e administrativos.



- **Foco no cliente:** atender e, se possível, superar as expectativas dos clientes com relação às suas necessidades de curto prazo (exemplo: entrega de produtos em conformidade contratual) e longo prazo (exemplo: desenvolver novos produtos com alta inserção no mercado). Para isso, a IMBEL deve, permanentemente, desenvolver e melhorar os seus processos de relacionamento com os clientes para que as necessidades deles sejam compreendidas por toda a organização.
- **Integridade:** retidão de caráter, honradez, honestidade e incorruptibilidade que devem nortear a conduta de todos os integrantes da IMBEL.
- **Segurança:** compromisso permanente da empresa para manter cultura de trabalho que possibilite preservar a integridade física dos seus empregados e patrimônio e entregar produtos eficazes a seus clientes. Para isso, a IMBEL deve estabelecer uma gestão de risco efetiva que, aplicada às linhas de fabricação e ao desenvolvimento de produtos e processos, disponibilize bens confiáveis à sociedade, que possam ser utilizados sem causar danos à saúde e à natureza.
- **Sustentabilidade:** implica uso adequado dos recursos naturais para a satisfação das exigências presentes, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras.
- **Valorização das pessoas:** o principal ativo de uma empresa que desenvolve e produz produtos de alto conteúdo tecnológico são as pessoas. Por isso, a IMBEL deve buscar a valorização de seus integrantes, garantindo a todos uma vida com dignidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

O Mapa Estratégico da empresa estabelece os seguintes objetivos a serem perseguidos pela IMBEL:

- ✓ Alcançar sustentabilidade financeira.
- ✓ Contribuir para o fortalecimento da infraestrutura industrial de defesa.
- ✓ Entregar produtos e soluções em conformidade contratual.
- ✓ Alcançar participação relevante e sustentável de mercado.
- ✓ Alcançar excelência no processo de transferência de tecnologia.
- ✓ Alcançar estrutura operacional de baixo custo e alta qualidade.
- ✓ Alcançar excelência no relacionamento com clientes.



- ✓ Alcançar excelência nos processos de desenvolvimento de soluções inovadoras.
- ✓ Garantir sistemas de informações gerenciais.
- ✓ Garantir modelo de negócio apropriado para a Missão.
- ✓ Contribuir para a capacidade de mobilização industrial.
- ✓ Garantir domínio de competências essenciais.

UNIDADES DE PRODUÇÃO

A IMBEL possui um portfólio de produtos de uso militar e civil capaz de atender as principais demandas das Forças Armadas Brasileiras, bem como do mercado nacional de segurança pública.

Ao examinarmos a história do País, podemos estabelecer como gênese da IMBEL a chegada da Família Real na Colônia ultramarina em 1808, evento que possibilitou o estabelecimento da primeira unidade fabril estratégica do País, a Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas no Rio de Janeiro, hoje a Fábrica da Estrela, na cidade de Magé-RJ. Por esse motivo, em cerimônia realizada no Ministério da Defesa, em 2013, a IMBEL recebeu o título de "Primeira Empresa de Defesa do Brasil".

Dentre os diversos produtos comercializados pela IMBEL, alguns deles de emprego dual, destacam-se: Fuzis de Assalto e carabinas 5,56 IA2; pistolas de diferentes calibres e características; facas; Sistemas de Abrigos Temporários de Alto Desempenho (SATi), nas versões de Campanha e Defesa Civil; equipamentos-rádio; Sistema computadorizado para direção e coordenação de tiro de artilharia; munições pesadas para morteiros, canhões e obuseiros; emulsões e explosivos diversos; e iniciadores entre outros.

A Empresa possui cinco fábricas, localizadas em três estados da Federação, próximas de grandes centros populacionais e de desenvolvimento econômico como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A Fábrica da Estrela (FE), localizada na cidade de Magé/RJ, teve suas origens em 1808; a Fábrica Presidente Vargas (FPV), localizada em Piquete/SP, foi criada em 1909; a Fábrica de Itajubá (FI) e a Fábrica de Juiz de Fora (FJF), ambas em Minas Gerais, foram criadas em 1934; e a Unidade de Produção mais recente, a Fábrica de Material de



Comunicações e Eletrônica (FMCE), localizada na cidade do Rio de Janeiro foi criada em 1939.

A seguir, será apresentado um breve histórico e algumas peculiaridades de cada UP.

Fábrica da Estrela (FE)

A FE, herdeira de mais de 200 anos de desenvolvimento de tecnologia na fabricação de produtos para uso militar, foi fundada pelo Príncipe Regente D. João em 1808, com o nome de Real Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas, localizada no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Em 1826 foi transferida para a atual localização, com a denominação de Real Fábrica de Pólvora da Estrela, mediante Decreto de D. Pedro I.

Em 1864, foi reorganizada, por decreto de D. Pedro II, com o nome de Fábrica de Pólvora da Estrela. Em 1939, foi reestruturada, passando a ter a atual denominação de Fábrica da Estrela, funcionando como uma Organização Militar do então Ministério do Exército até julho de 1975, ano em que passou a ser uma Unidade de Produção (UP) integrante da recém-criada Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, uma Empresa Pública vinculada ao então Ministério do Exército.

A FE produz pólvora negra, explosivos em geral e seus acessórios. Dentre os principais produtos da fábrica estão os Alto-Explosivos, como o RDX (sigla em inglês de um tipo de explosivo - Research Department X), que é utilizado na produção de composições das cargas de ruptura das diversas munições da artilharia.

A estrutura industrial da UP é constituída por 03 (três) unidades fabris, sendo que a de Alto-Explosivos, onde é produzido o RDX, é a única da América Latina.

Hoje a Fábrica atua nos mercados militar e civil fornecendo uma variada gama de explosivos e acessórios.

No seu portfólio constam os seguintes produtos: Espoleta comum nº 8 (45 mm); Traçador MD4 (cápsulas IMB 102 e M1); Petardos; RDX (Hexogênio); Composições de RDX: B, A3, A4 e A5; Nitropenta (PETN); Pólvora Negra Militar Classes 1 a 7; Estopim Hidráulico; Cordel Detonante NP-3, NP-5 e NP-10; Booster 30g, 150g e 300g; Dinamite Granulada (ANFO); Emulsão Encartuchada.



Encontram-se em fase de montagem três novas plantas: Planta de Acionadores não Elétricos (NONEL); Planta de emulsão encartuchada (100% automatizada); e Planta de Trinitroresorcinol (100% automatizada).

Fábrica Presidente Vargas (FPV)

A fábrica entrou para a história da cidade de Piquete em 1902, após os primeiros estudos coordenados pelo Marechal Medeiros Mallet, para a construção de uma fábrica de pólvora sem fumaça.

Em atividade desde março de 1909, encravada entre montanhas e matas criteriosamente preservadas em obediência às leis ambientais, constituiu-se num exemplo da natural e contínua necessidade de evoluir tecnologicamente sua vocação química industrial, para a fabricação de produtos químicos, explosivos e propelentes de emprego militar e civil.

Constam do seu portfólio os seguintes produtos: Nitrocelulose grau militar (de alta e baixa nitração); Trinitrotolueno (TNT); Nitroglicerina; Nitrofilme; Pólvora de Base Simples; Pólvora de Base Dupla; Éter sulfúrico; Plastex; Grãos Propelentes de Base Dupla; e Abrigos Temporários de Alto Desempenho.

Fábrica de Itajubá (FI)

A FI foi criada em 1933 pelo presidente Getúlio Vargas, através do Decreto 23.624 de 20 de dezembro daquele ano, com a denominação de Fábrica de Canos e Sabres para Armamento Portátil. Hoje, dispõe de um centro de desenvolvimento de engenharia industrial totalmente informatizado, que garante à UP excelentes condições de produção.

Destacam-se como mais importantes produtos já fabricados por esta Unidade de Produção, os seguintes:

- FAL – considerado o fuzil automático de maior aceitação em todo o mundo, o projeto original da FN Herstal chegou a ser usado em mais de 90 países. Atualmente, somente a FI fabrica inteiramente o FAL no hemisfério sul.

- Pistola .45 M911 A1BR1 – derivada do projeto de maior sucesso em toda a história do armamento de porte – Projeto COLT. Neste produto realizou-se a afirmação da



engenharia de processo da Fábrica de Itajubá. A confirmação do sucesso deste projeto está representada na contínua exportação de pistolas, por intermédio da Springfield Inc., por mais de 15 anos para os Estados Unidos, um dos mais exigentes mercados mundiais.

Atualmente, os produtos de maior sucesso são:

- Fuzis de Assalto e Carabinas 5,56 IA2 – idealizados com a concepção de ser a parte central de um sistema de armas, os fuzis e carabinas da família IA2 foram desenvolvidos para modernizar o armamento das forças armadas e de segurança pública, oferecendo a capacidade de receber acessórios como miras óticas e optrônicas, lanternas táticas, apontadores laser e punhos, além de serem compactos e possuírem peso reduzido; e

- Pistola .40 TC MD6 - derivada do projeto COLT, com armação em polímero com inserto metálico, possui peso e tamanho reduzido. Foi desenvolvida especialmente para atender as necessidades do segmento policial.

Integram, ainda, o seu portfólio: Pistolas .40/.45/.380 e 9 mm com armação em aço; Pistolas .40 com armação em polímero com inserto metálico; Fuzil 7,62 (FAL) e M964 A1 (PARAFAL) nas versões automático e semi-automático; e Fuzil .308 AGLC (Sniper).

Encontram-se em desenvolvimento os seguintes produtos: Rádio TR- 1222 da linha de produtos de comunicações RONDON; o Fuzil e carabina 7,62 IA2; Pistolas 9 TC MD1 e MD6; novas pistolas com armação em polímero em calibres diversos; melhoria dos produtos já em fabricação com incorporação de novos recursos e acessórios.

A FI possui, ainda, uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) denominada Divisão de Geração de Energia da Fábrica de Itajubá. Ela está interligada ao Sistema Nacional de Energia para comercialização da energia excedente.

Fábrica de Juiz de Fora (FJF)

A FJF teve sua pedra fundamental lançada em 09 de Agosto de 1934, com o nome de Fábrica de Estojos e Espoletas de Artilharia (FEEA).

A UP possui tecnologia própria para a fabricação de materiais de emprego militar, com qualidade assegurada por Certificado de Sistemas da Qualidade NBR ISO 9001:2000,



na Produção e Serviços Pós-entrega para Material Bélico Aeroespacial, foguetes e munições de 40 a 155 mm e suas embalagens.

Integram o portfólio da FJF os seguintes produtos: Tiro 90 mm (AE-Tr, AE AC-TR, Exc AC-Tr, AE Plst-Tr); Tiro Morteiro 60, 81 e 120mm; Tiro 105 AE – IMBEL MD1 A1; Motor Foguete SBAT-70 M4B1; e Tiro 155 mm (AE-Tr, AE AC-TR, Exc AC-Tr, AE Plst-Tr).

Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE)

A Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica teve origem no Depósito Central de Material de Transmissões (DMT), criado em 1934, no então QG do Exército (atual Palácio Duque de Caxias), e transferido em 1935 para instalações cedidas pelo Arsenal de Guerra do Rio (AGR), no atual bairro do Caju. Nesse Depósito já havia uma incipiente atividade de fabricação de equipamentos.

Com o aumento da utilização pelo Exército das comunicações via meios elétricos ou eletrônicos, surgiu a necessidade de se criar uma Organização industrial voltada exclusivamente à atividade de fabricação de material destinado a suprir as necessidades da área militar. Assim, o Aviso Ministerial nº 961, de 4 de outubro de 1939, criou a Fábrica de Material de Transmissões (FMT), desmembrando-a do DMT e ocupando seu lugar nas instalações cedidas pelo AGR, sendo o referido Depósito transferido para o atual bairro de Triagem.

Em 1953, a FMT passou a ser denominada Fábrica de Material de Comunicações (FMCom). Com a criação da IMBEL, a FMCom foi extinta em 1977 como Organização Militar, passando a chamar-se Fábrica nº 04-Material de Comunicações. Já em dezembro de 1980, seu nome foi mudado para Centro de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico de Eletrônica e Telecomunicações até janeiro de 1984, quando adquiriu a denominação de Fábrica de Material de Comunicações e Eletrônica (FMCE), mantida até os dias atuais.

Compõem o portfólio da FMCE os seguintes produtos: Sistema Gênesis – Versão 4; Quadro de Comutação para Marinha de Guerra; Central Telefônica Robustecida e Telefone UNA 2000; Computador Palmar Militar CPM-1196; Conjunto-Rádio MALLETT (VHF); Conjunto-Rádio TPP-1400 (UHF) e acessórios; serviços de testes elétricos, mecânicos e



ambientais; serviço de montagem de placas de circuito impresso com componentes convencionais e com Dispositivos de Montagem de Superfície (SMD); e serviço de tratamentos superficiais.

DESEMPENHO SOCIAL E AMBIENTAL

Desempenho Social

O desempenho social no âmbito da empresa pode ser avaliado pelos programas e atividades conduzidos em cada uma das UP, de acordo com a sua natureza. No que se refere ao lazer, as fábricas conduzem algumas atividades de conagração em datas especiais, oferecem práticas esportivas nas respectivas agremiações e por meio de convênios compartilham áreas do seu patrimônio com as comunidades locais.

Por meio de parcerias com o poder executivo local, algumas fábricas promovem a distribuição de material escolar aos filhos de seus empregados, além de disponibilizar instalações para utilização das comunidades em atividades educacionais. Participam de programas de capacitação e distribuição de bolsas auxílio a estagiários e preparam jovens aprendizes do SENAI para o mercado de trabalho. Tais programas são conduzidos sob a forma de convênios, nas localidades onde as fábricas estão sediadas.

A IMBEL participa ativamente do desenvolvimento profissional dos seus funcionários, por meio de cursos externos e internos, de acordo com a autorização e aprovação no planejamento anual, além de proporcionar acesso ao mercado de trabalho a diversos jovens aprendizes, garantindo-lhes auxílio financeiro R\$4,34 (quatro reais e trinta e quatro centavos) por hora, dentro do que estabelece a legislação trabalhista.

Algumas iniciativas buscando melhores condições de higiene para os seus empregados e dependentes são conduzidas nas unidades de produção da IMBEL, como um serviço de ginástica laboral, conduzida por profissional especializado. Busca-se facilitar a locomoção de empregados impossibilitados a pontos de atendimento médico e fisioterápico, além de se prever o fornecimento de medicamentos e alimentação àqueles em situação financeira



crítica. Algumas instalações das fábricas foram disponibilizadas sob a forma de convênio ao serviço público de saúde para atendimento das comunidades locais.

Finalmente, no campo social, as fábricas da IMBEL disponibilizam moradias aos respectivos empregados, mediante o pagamento de aluguel com valores abaixo do preço de mercado das localidades onde estão situadas.

Desempenho Ambiental

Dentre as iniciativas que demonstram a preocupação da IMBEL com a questão ambiental, destaca-se a existência e efetiva implementação nas fábricas, dos Planos de Gestão de Logística Sustentável (PLS). Eles estabelecem as diretrizes para otimização da utilização de itens como papel e copos descartáveis utilizados no expediente diário, racionalização do consumo de água e de energia elétrica, além de medidas diversas para o aperfeiçoamento da sistemática de coleta seletiva de lixo, dos serviços de limpeza e conservação, da qualidade de vida no trabalho e da capacitação educacional.

Para reduzir riscos à saúde humana e ao meio ambiente, as operações nas fábricas contam com planos de ação de emergência e as respectivas forças de trabalho frequentam, periodicamente, cursos de capacitação.

Outro importante projeto em curso em todas as unidades de produção é a instalação, implantação e manutenção de bacias de contenção e caneletas, nas áreas de armazenamento de óleos e produtos líquidos. Finalmente, devem ser salientados os esforços da empresa na preservação da flora e fauna do bioma Mata Atlântica circundante a algumas das suas fábricas.

A IMBEL possui um passivo ambiental que, gradativamente, vem sendo amortizado, por intermédio de uma série de projetos voltados para mitigar emissões de carbono, proteger ambientes, preservar espécies ameaçadas e conservar a biodiversidade, havendo necessidade de aporte significativo de recursos financeiros para a resolução integral dos problemas existentes.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A IMBEL, como se sabe, é uma Empresa Pública, dependente, com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército. A Empresa tem por finalidade a fabricação de produtos de defesa, de forma a apoiar o Brasil nas áreas de defesa e segurança. Seu Capital Social em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 378.460.099,55, totalmente integralizado pela União, o que implica na obrigatoriedade de apresentar suas demonstrações contábeis conforme as Leis 4320/67 e 6404/76, e assume as responsabilidades e consequências decorrentes da sua inclusão no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

O desempenho econômico-financeiro da Empresa no Exercício Financeiro de 2015 será apresentado a seguir, por intermédio dos seguintes anexos:

- Anexo "A" - Demonstrações Contábeis;
- Anexo "B" - Gráficos das Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas;
- Anexo "C" - Parecer da Auditoria Independente; e
- Anexo "D" - Parecer da Auditoria Interna.

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

Relatório da Administração



Anexo "A"
Demonstrações Contábeis e Notas
Explicativas

Conteúdo

1.	BALANÇO PATRIMONIAL	1
2.	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	2
3.	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	3
4.	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAXA.....	4
5.	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5
6.	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	6
7.	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	7
8.	SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	7
9.	DISPONIBILIDADES	9
10.	CLIENTES	10
11.	ESTOQUES	11
12.	IMPOSTOS A RECUPERAR.....	11
13.	DESPESAS ANTECIPADAS.....	11
14.	OUTROS CRÉDITOS	12
15.	INVESTIMENTOS	12
16.	IMOBILIZADO	13
17.	INTANGÍVEL	14
18.	FORNECEDORES.....	14
19.	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES	15
20.	ADIANTAMENTO DE CLIENTES	15
21.	PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS.....	15
22.	PROVISÕES DIVERSAS.....	16
23.	OUTRAS OBRIGAÇÕES	16
24.	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E CONTRIBUIÇÕES	16
25.	CAPITAL SOCIAL.....	17
27.	CUSTOS.....	17
28.	MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA.....	18
30.	DESPESAS COMERCIAIS.....	18
31.	DESPESAS TRIBUTÁRIAS	19
32.	DESPESAS DIVERSAS	19
33.	RECEITAS DIVERSAS	19
34.	DESPESAS FINANCEIRAS.....	19
35.	RECEITAS FINANCEIRAS	20
36.	OUTRAS DESPESAS	20
37.	OUTRAS RECEITAS.....	20
38.	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	20
39.	PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA.....	21
40.	COBERTURA DE SEGUROS	21
41.	REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS	21
42.	PARTES RELACIONADAS.....	22
43.	CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI	22



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

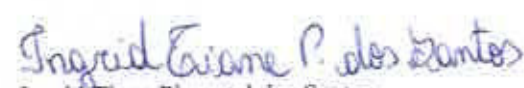
1. BALANÇO PATRIMONIAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2017	2016	A.H %
Ativo Circulante		346.037	271.298	-28%
Disponibilidades	9	196.915	138.428	42%
Clientes	10	28.193	31.774	-11%
Estoques	11	103.096	88.118	17%
Impostos a Recuperar	12	6.821	3.452	98%
Despesas Antecipadas	13	1.936	2.016	-4%
Outros Créditos	14	9.076	7.510	21%
Ativo Não Circulante		129.063	133.721	-3%
Realizável a Longo Prazo	14	3.386	2.800	21%
Investimentos	15	2.303	2.303	0%
Imobilizado	16	121.254	127.246	-5%
Intangível	17	2.120	1.312	55%
TOTAL DO ATIVO		475.100	405.019	17%
PASSIVO	Nota	2017	2016	A.H %
Passivo Circulante		85.815	86.862	-2%
Fornecedores	18	3.661	4.089	-10%
Obrig. Trabalhistas, Tributárias e Contribuições	19	9.716	12.509	-22%
Adiantamentos de Clientes	20	4.984	6.122	-19%
Provisões para Contingências	21	43.680	43.961	-1%
Provisões Diversas	22	10.772	15.012	0%
Obrigações Societárias	26	3.372	0	-
Outras Obrigações	23	9.630	5.169	4%
Passivo Não Circulante		-	3.695	-100%
Obrig. Trabalhista, Tributárias e Contribuições	24	-	3.695	-100%
Patrimônio Líquido		389.285	314.462	24%
Capital Social	25	378.460	378.460	0%
Reservas	26	10.825	-	-
Prejuízos Acumulados	26	-	(63.998)	-100%
TOTAL DO PASSIVO		475.100	405.019	17%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Celso José Tiago
Diretor-Presidente


Ingrid Fiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

2. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de reais)

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	Nota	2017	2016	A.H %
Receita Operacional Bruta				
Mercado Interno		73.494	122.569	-40%
Mercado Externo		-	302	-100%
Prestação de Serviços e Revenda		21.652	6.271	245%
		95.146	129.142	-26%
(-) Dedução da Receita				
Vendas Canceladas		(1.532)	(21.927)	-93%
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços		(28.594)	(35.015)	-18%
		(30.126)	(56.942)	-47%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		65.020	72.200	-10%
(-) Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços	27	(45.174)	(44.067)	3%
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		19.846	28.133	-29%
Manutenção da Capacidade Estratégica	28	(32.030)	(42.352)	-24%
Despesas Administrativas	29	(66.115)	(63.389)	4%
Despesas Comerciais	30	(5.296)	(373)	1.320%
Despesas Tributárias	31	(2.778)	(4.722)	-41%
Despesas Diversas	32	(6.901)	(19.517)	-65%
Receitas Diversas	33	8.227	2.568	220%
RESULTADO OPERACIONAL		(85.047)	(99.652)	-15%
Despesas Financeiras	34	(1.307)	(1.857)	-30%
Receitas Financeiras	35	17.450	12.161	43%
Outras Despesas	36	(47)	(1.392)	-97%
Outras Receitas	37	7.083	6.020	18%
Receita Orçamentária	38	168.142	175.975	-4%
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		106.274	91.255	16%
Imposto de Renda e Contribuição Social	39	(23.077)	(20.279)	14%
LUCRO DO EXERCÍCIO		83.197	70.976	17%

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

3. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	378.460	-	(134.975)	243.486
Realização da Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
IRPJ e CSLL sobre Reserva de Reavaliação	-	-	-	-
Reserva de Capital	-	-	-	-
Resultado do Exercício Anterior	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	70.976	70.976
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	378.460	-	(63.998)	314.462
Reserva Legal	-	710	(710)	-
Reserva de Lucros	-	10.115	(10.115)	-
Reserva de Capital	-	-	-	-
Destinação do Lucro (Dividendos a pagar)	-	-	(3.372)	(3.372)
Resultado do Exercício Anterior	-	-	(5.002)	-
Resultado do Exercício	-	-	83.197	83.197
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	378.460	10.825	-	389.285

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Celso José Tiago
Diretor-Presidente


Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

4. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
Resultado do Exercício (antes do IRPJ e CSLL)	106.274	91.255
Depreciações e Amortizações	11.290	5.876
Valor residual de Investimentos/Imobilizados baixados	7.112	(6.185)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.005)	3.364
Provisão para Perdas no Estoque	8.865	-
Provisão para Contingências	(280)	12.311
Provisão para IRPJ e CSLL Diferidos e Parcelamentos Tributários	(3.695)	(8.674)
Provisões Diversas	(4.241)	7.185
Reservas	11.733	-
Outras despesas que não representam movimentação no Caixa	(15.388)	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(23.077)	(20.279)
Receita Orçamentária	(168.143)	(175.975)
Lucro Ajustado:	(70.555)	(91.122)
Clientes	4.587	(1.698)
Estoques	(23.844)	(1.770)
Impostos a Recuperar	(3.369)	5.981
Despesas Antecipadas	81	(1.574)
Créditos a Receber	(586)	(74)
Outros Créditos	(1.568)	498
DECRÊSCIMO / ACRÊSCIMO DE ATIVOS	(24.129)	1.363
Fornecedores	(427)	(3.464)
Obrigações Trabalhistas e Tributárias	(2.799)	(5.121)
Adiantamento de Clientes	(1.138)	3.345
Outras Obrigações	8.121	3.914
ACRÊSCIMO / DECRÊSCIMO DE PASSIVOS	2.597	(1.326)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(96.498)	(91.085)
Compras de Ativo Imobilizado e Intangível	(13.159)	2.036
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(13.159)	2.036
Receita Orçamentária	168.143	175.975
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	168.143	175.975
(REDUÇÃO) / AUMENTO LÍQ. DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA	58.486	86.926
Saldo Inicial de Caixa e Equivalente de Caixa	138.428	51.502
Saldo Final de Caixa e Equivalente de Caixa	196.915	138.428
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	58.486	86.926

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Celso José Tiago
Diretor-Presidente


Ingrid Fiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

5. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	2017	2016
1-RECEITAS	264.007	289.946
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	93.614	107.215
1.2) Outras receitas	171.399	179.368
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
1.4) Provisão p/devedores duvidosos – Reversão (Constituição)	1.005	3.364
2- INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	174.459	207.131
2.1) Custos das mercadorias e serviços vendidos	74.007	79.455
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	70.436	66.714
2.3) Perda/Recuperação de valores ativos	38	1.368
2.4) Outras – Despesas Diversas	29.978	59.594
3-VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	89.548	82.815
4- RETENÇÕES	2.467	2.270
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	2.467	2.270
5-VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	87.081	80.546
6-VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	17.451	12.161
6.1) Receitas financeiras	17.451	12.161
7-VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	104.532	92.707
8-DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	104.532	92.707
8.1) Pessoal e encargos	27.558	25.248
8.1.1- Remuneração direta	25.289	23.232
8.1.2 - Benefícios	108	180
8.1.3 - FGTS	2.161	1.836
8.2) Impostos, taxas e contribuições	61.823	66.701
8.2.1 - Federais	40.272	38.422
8.2.2 - Estaduais	21.147	27.902
8.2.3- Municipais	404	377
8.3) Juros e aluguéis	4.326	758
8.3.1 - Juros	-	-
8.3.2 - Aluguéis	759	758
8.3.2 - Outras	3.567	-
8.4) Juros s/capital próprio e dividendos	-	-
8.5) Lucros retidos/ prejuízo do exercício	10.825	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Celso José Tiago
Diretor-Presidente

Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

6. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	2017	2016
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	83.197	70.976
Parcela dos Sócios da Controladora	83.197	70.976
Parcela dos Não Controladores	-	-
(-) AJUSTES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	-	-
Tributos sobre Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	-
Equivalência Patrimonial sobre Ganhos Abrangentes de Coligadas	-	-
Ajustes de Conversão do Período	-	-
(-) Tributos sobre Ajustes de Conversão do Período	-	-
Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(5.002)	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Parcela de Sócios da Controladora	-	-
Parcela dos Não Controladores	-	-
Resultado Abrangente Total	78.195	70.976
Parcela de Sócios da Controladora	78.195	70.976
Parcela dos Não Controladores	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.


Celso José Tiago
Diretor-Presidente


Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

7. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Contexto Operacional

A Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL® foi criada em 14 de julho de 1975, por intermédio da Lei nº 6.227. É uma Empresa Pública dependente integrante do Orçamento Geral da União, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando do Exército, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio.

Constituem atividades relacionadas com a finalidade da IMBEL®:

I - promover a indústria militar de defesa brasileira e atividades correlatas, abrangendo a construção e a manutenção da infraestrutura de defesa, bem como a logística, a pesquisa e o desenvolvimento;

II - gerenciar projetos de interesse do Exército brasileiro;

III - promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção de produtos de defesa;

IV - promover e executar atividades ligadas à obtenção, manutenção, proteção ou expansão dos conhecimentos e competências essenciais para cumprimento tanto dos seus objetivos, quanto das exigências de mobilização do País; e

V - promover e executar atividades que permitam manter infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização do País.

A IMBEL® tem sede e foro na cidade de Brasília - DF, onde está situada sua Diretoria; atua em todo o território nacional e possui as seguintes Unidades de Produção:

Sigla	Localização	Material Produzido
FPV	Piquete – SP	Fabricação de Pólvora, TNT e Nitrocelulose.
FJF	Juiz de Fora - MG	Fabricação de munição de grosso calibre.
FMCE	Rio de Janeiro - RJ	Fabricação de equipamentos eletrônicos militares.
REPI	Wenceslau Braz - MG	Produção, distribuição e comercialização de Energia Elétrica.
FI	Itajubá – MG	Fabricação de armamento leve (Pistolas, Fuzis e Carabinas).
FE	Magé – RJ	Fabricação de explosivos em geral.

7.2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis ao encerramento do exercício.

A Administração identificou, em 2017, que as atualizações contabilizadas na conta variação cambial ativa no valor de R\$5.002 (em milhares de reais), em dezembro de 2015, foram calculadas equivocadamente. Estatutariamente os referidos acertos foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores diretamente na rubrica Prejuízo Acumulado no Patrimônio Líquido.

8. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

8.1. Disponibilidades

São registradas pelo valor nominal, atualizadas às taxas do último dia útil do ano corrente, quando aplicável, conforme demonstrado (nota explicativa nº 9).



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

8.2. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no Balanço Patrimonial, como Disponibilidades e Clientes, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado.

8.3. Clientes

São registrados pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos vencidos há mais de 180 dias, para o mercado interno, e 360 dias, para o mercado externo e para órgãos públicos (nota explicativa nº 10).

8.4. Estoques

São avaliados ao custo de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado. O custo de produção reflete o método de absorção total de custos industriais, com base na utilização normal da capacidade de produção, sendo que o custo correspondente à substituição da capacidade normal é debitado ao Resultado do período como Manutenção da Capacidade Estratégica. Os Estoques de Produtos em Elaboração e Acabados compreendem matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção. As importações em andamento são demonstradas na nota explicativa nº 11.

8.5. Impostos a Recuperar

São registrados mediante apropriação na aquisição de insumos destinados à produção, os quais serão compensados com saldos a pagar no exercício seguinte, com exceção ao INSS, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

8.6. Outros Ativos Circulantes e Não Circulantes

São registrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

8.7. Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, ajustados ao seu valor recuperável, quando aplicável, bem como pela provisão para prováveis perdas dos investimentos sem expectativa de recuperação ou pelos rendimentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

8.8. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido pela depreciação acumulada. A Depreciação do Ativo Imobilizado é calculada pelo método linear, às taxas demonstradas na nota explicativa nº 16, as quais refletem o tempo de vida útil econômica estimada dos bens, em obediência a IN 1.700/17, da RFB.

8.9. Intangível

Os Ativos Intangíveis são mensurados com base no custo de aquisição e/ou formação, deduzidas a amortização acumulada, se for o caso, e possíveis perdas por redução ao valor recuperável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 17.

8.10. Adiantamento de Clientes

Correspondem aos adiantamentos recebidos dos clientes antes da entrega dos produtos, suportados por contratos celebrados entre as partes, e estão sujeitos à variação cambial, quando aplicável, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

8.11. Provisões de Férias

É calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e inclui os encargos sociais correspondentes.

8.12. Demais Passivos Circulantes e Não Circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações cambiais.

8.13. Provisões para Contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos judiciais são reconhecidas com base nos laudos dos assessores jurídicos e melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes na data de encerramento do exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 21.

8.14. Apuração do Resultado

As Receitas e Despesas foram apuradas pelo Regime de Competência.

8.15. Receita Orçamentária

É disponibilizada pelo governo e reconhecida pelo Regime de Competência.

8.16. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

São calculados observando-se suas alíquotas nominais que totalizam 34% - Imposto de Renda (25%) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%), de acordo com a Lei nº 9.430/1996 e Lei nº 9.532/1997, consolidadas pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Os prejuízos acumulados das operações brasileiras não possuem prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a até 30%, em anos futuros, do montante do lucro tributável de cada exercício, conforme demonstrado na nota explicativa nº 30.

8.17. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Perdas em Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, bem como as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas anualmente.

9. DISPONIBILIDADES

	RS / mil	2017	2016
Aplicações Financeiras		183.376	126.724
Tesouro Nacional Fonte 250		6.628	5.700
Tesouro Nacional Fonte 0100		4.910	6.004
Total de Disponibilidades		196.915	138.428

A rubrica "Tesouro Nacional Fonte 250" é composta pelos recursos próprios que foram recolhidos através de Guia de Recolhimento da União (GRU) na Conta Única do Tesouro Nacional. A movimentação



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército



dos valores registrados na rubrica é realizada pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

A IMBEL® realizou aplicações financeiras junto ao Banco do Brasil, obtendo, no período de janeiro a dezembro, rendimentos brutos de R\$ 16.060.962,84 e líquidos de R\$ 12.768.077,85 (deduzido do Imposto de Renda na Fonte no total de R\$ 3.292.884,99). A IMBEL utiliza-se de procedimentos referentes às aplicações financeiras conforme as seguintes legislações:

- Decreto lei 1.290 de 3 DEZ/1973 art. 2º e 3º;
- Resolução 3.284 BCB 25/05/2005 art. 4º;
- Resolução 12/2010 CA/IMBEL;
- Macro Função SIAFI 020305 ; e
- IN 04 STN de 30/08/2004.

10. CLIENTES

	RS / mil	2017	2016
Clientes - Mercado Interno		34.858	37.433
Clientes - Mercado Externo			-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(6.665)	(5.659)
Total de Clientes		28.193	31.774

Composição dos Clientes		RS / mil				2017
Categoria	A Vencer	< 60 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	> 120 dias	TOTAL
Duplicatas Públicas	3.366	17.738	0	520	3.174	24.798
Duplicatas Privadas	3.473	1.107	87	14	3.298	7.979
Demais Títulos	1.741	8	6	5	321	2.081
Total a Receber	8.580	18.853	93	539	6.793	34.858

A rubrica "Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" é constituída levando-se em consideração:

- computar como perda os créditos sem garantia de valor até R\$ 5 (cinco mil reais), por operação, vencidos há mais de seis meses, independentemente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento;

- A provisão para todos os títulos que não possuem garantia com valor acima de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e até R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano; os títulos sem garantia com valor superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), vencidos há mais de um ano, mas com os procedimentos judiciais para o seu recebimento; e os créditos pertencentes à empresas que já possuem declaração de insolvência do devedor, em sentença emanada do Poder Judiciário (de acordo com a Lei nº 9.430, de 1996, art. 9º e Decreto 3.000, de 1999, art. 340 e 341).



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

11. ESTOQUES

	RS / mil	Custo	Prov. p/ Perdas	Líquido 2017	Líquido 2016
Produtos Acabados		17.245	(268)	16.977	9.900
Mercadorias para Revenda		-	-	-	-
Produtos em Processo		42.001	(3.845)	38.156	35.400
Matérias-Primas		24.010	(4.145)	19.865	18.751
Materiais Auxiliares		20.434	(603)	19.831	14.395
Almoxarifado		5.334	(4)	5.330	3.818
Importações em Trânsito		1.978		1.978	5.029
Adiantamento a Fornecedores		742		742	41
Compra para Entrega Futura		215		215	783
Total de Estoques		111.959	(8.865)	103.096	88.118

A Empresa constitui provisão para perdas em Estoques referente aos itens que não tiveram movimentação nos últimos 360 dias e sem expectativa de movimentação.

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

	RS / mil	2017	2016
COFINS a Compensar		0	406
ICMS a Recuperar		205	62
IPI a Recuperar		1.927	1825
PIS a Compensar		3.718	381
CSLL a Compensar		-	-
Lei 10.833 a Compensar		2	2
ICMS a Recuperar Ativo Imobilizado		734	764
COFINS e PIS a Rec. Ativo Imobilizado		1	8
INSS a Compensar		4	4
IRPJ a Compensar		229	-
Total de Impostos a Recuperar		6.821	3.452

13. DESPESAS ANTECIPADAS

	RS / mil	2017	2016
Custos de Serviços a Apropriar		637	720
Manutenção a Apropriar		1.291	1155
Seguros a Apropriar		7	12
Custos a Apropriar		-	129
Total de Despesas Antecipadas		1.936	2.016

A rubrica "Custos de Serviços a Apropriar" é composta por serviços que estão sendo prestados a clientes e a rubrica "Manutenção a Apropriar" é composta por gastos com a manutenção de máquinas e



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

equipamentos. Após a conclusão da manutenção, a ordem é encerrada e, com base na avaliação técnica, os valores acumulados passam a integrar o equipamento ou são registrados no Resultado do Exercício.

14. OUTROS CRÉDITOS

RS / mil	RS/mil 2017			RS/mil 2016		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Adiantamentos de Férias	3.645		3.645	2.751		2.751
Depósitos Judiciais	679		679	1.151		1.151
Causas Trabalhistas	4.748		4.748	3.346		3.346
Processo de Desapr. Imóveis	-	1.559	1.559	0	1.464	1.464
Outras	4	1.826	1.830	262	1.316	1.578
Total de Outros Créditos	9.076	3.386	12.461	7.510	2.780	10.290

O saldo da rubrica "Processo de Desapropriação de Imóveis" refere-se a imóvel localizado em Grajaú, Município do Rio de Janeiro/RJ, desapropriado pela Prefeitura em 2003. A Prefeitura realizou uma avaliação do imóvel naquele ano, com base no laudo PGM 176/2003 e esse valor sofreu uma atualização em 2017. As rubricas "Depósitos Judiciais" e "Causas Trabalhistas" são compostas por valores relativos a processos trabalhistas que se encontram em discussão judicial.

15. INVESTIMENTOS

RS / mil	2017	2016
Terrenos	178	178
Edifícios	122	122
CBC - Cia. Brasileira de Cartuchos	2.003	2.003
(-) Provisão para Perdas		
Total de Investimentos	2.303	2.303

A rubrica "Terrenos e "Edifícios", registra valores de imóveis da IMBEL localizados em Hidrolândia-GO.

O valor registrado na rubrica "CBC - Cia Brasileira de Cartuchos" corresponde à participação acionária da IMBEL de 20.464 ações ordinárias e 3.203 ações preferenciais, totalizando 0,91% de participação no capital da empresa.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

16. IMOBILIZADO

RS / mil	Taxa Deprec.	Custo Histórico	Depr./Amort. Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Biblioteca	-	28	26	2	2
Computadores e Periféricos	20%	9.309	6.079	3.230	2.918
Edifícios	4%	70.788	53.263	17.25	18.071
Ferramental/Dispositivos	10%	17.903	14.952	2.951	2.572
Instalações Administrativas	10%	9.733	4.196	5.537	3.842
Máquinas e Equipamentos	10%	189.099	135.839	53.260	50.772
Móveis e Utensílios	10%	10.412	6.559	3.853	3.983
Museu	-	2	-	2	1
Terrenos	-	8.431	-	8.431	8.472
Veículos	20%	6.236	5.437	799	1.219
Benfeit. em Imóveis de Terceiros	10%	904	637	267	313
Imobilizações Técnicas		322.845	226.988	95.857	92.165
Adiant. p/ Aquisição de Imob.		7	-	-	7.342
Obras em Andamento		25.385	-	-	27.739
Imobilizado em Andamento		25.392		25.392	35.081
Total do Imobilizado				121.254	127.246

No Exercício de 2017, a IMBEL não submeteu seus bens registrados no Ativo Imobilizado ao Teste de Recuperabilidade (Impairment test), conforme orientação dada através do NBC TG-01. Entretanto, as aquisições ocorridas durante o Exercício estão devidamente registradas e as taxas de depreciação estão em conformidade com a IN 1.700/17 da RFB.

No quadro abaixo estão demonstrados o resumo das aquisições, baixas e transferências de itens do Imobilizado no exercício de 2017.

RS / mil	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/ Transfer.	Saldo Final
Biblioteca	28	-	-	28
Computadores e Periféricos	9.400	11	102	9.309
Edifícios	70.750	119	407	70.788
Ferramental/Dispositivos	17.306	597	81	17.903
Instalações Administrativas	7.619	2.114	-	9.733
Máquinas e Equipamentos	188.437	671	15	189.093
Móveis e Utensílios	10.328	87	3	10.712
Museu	2	-	-	2
Terrenos	8.434	-	3	8.431
Veículos	6.236	-	-	6.236
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	904	-	-	904
Adiant. p/ Aquisição de Imobilizado	7	-	-	7
Obras em Andamento	27.035	570	2.220	25.385
Total	346.486	4.169	2.424	348.231



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

Em conformidade com a resolução nº 04/2015, do Conselho de Administração da IMBEL®, de 31 de março de 2015, que autorizou iniciar o processo de alienação de bens imóveis da Empresa foi emitida a Instrução Normativa nº 01, de 07 de Janeiro de 2016, do Diretor Presidente, estabelecendo processos e definindo procedimentos para alienação de imóveis da IMBEL®, excetuando os direcionados às atividades operacionais das unidades de produção, os localizados em áreas de segurança da Empresa e os considerados Unidades Residenciais Funcionais.

Em 2017, visando cumprir a determinação da resolução acima citada, foram concretizadas, com a transferência das escrituras em cartório, as seguintes vendas de imóveis não operacionais:

Descrição	Quantidade	Valor Patr. RS/mil	Valor Venda RS/mil	Ganho RS/mil
Casas	39	368	3.638	3.270
Terrenos	13	7	645	637
Total	52	375	4.284	3.908

Descrição	Quantidade vendida		Ganho RS/mil
	Casas	Terrenos	
Fábrica Presidente Vargas	11	11	1.251
Fábrica de Juiz de Fora	18	02	1.816
Fábrica de Itajubá	09	-	800
Fábrica da Estrela	01	-	41
Total	39	13	3.908

17. INTANGÍVEL

RS / mil	Taxa Amort.	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Softwares	20%	4.197	(2.875)	1.322	1.312
Marcas e Patentes	10%	2.558	(1.760)	798	-
Total do Intangível		6.755	(4.635)	2.120	1.312

RS / mil	Saldo Inicial	Inclusões	Baixas/Transf.	Saldo Final
Softwares	3.893	304	-	4.197
Marcas e Patentes	2.558	-	-	2.558
Total	6.451	304	-	6.755

18. FORNECEDORES

	RS / mil	2017	2016
Fornecedores Nacionais		3.661	4089
Fornecedores Estrangeiros		-	-
Total de Fornecedores		3.661	4.089



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

19. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUIÇÕES

RS / mil	2017			2016		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
Federais	5.916	-	5.916	6.317	3.695	10.012
Estaduais e Municipais	2.920	-	2.920	4.595	-	4.595
Encargos e Contribuições	852	-	852	1.598	-	1.598
Obrigações Trabalhistas	28	-	28	5	-	5
Total	9.716	-	9.716	12.515	3.695	16.210

As obrigações de ordem tributária a curto prazo são oriundas de parcelamentos que foram feitos em períodos anteriores, os quais chegam a 180 meses e outros tributos inerentes à atividade da IMBEL®.

As obrigações tributárias de longo prazo são, em sua totalidade, oriundas de parcelamentos e estão distribuídas de acordo com o quadro abaixo:

RS / mil	Exigível a Longo Prazo		Término do Parcelamento
	2017	2016	
ICMS/SP - Dívida Ativa	-	-	2016
Débitos Federais - PAES/PAEX	-	1.899	2017
ICMS/MG - Dívida Ativa	-	-	2016
INSS - PAES	-	1.795	2017
Total	-	3.694	8.071

20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

O valor de R\$ 4.984 (em R\$/mil) registrado na rubrica "Adiantamento de Clientes" origina-se de contratos mantidos com o Exército Brasileiro e Clientes Nacionais, para futuras aquisições de produtos e serviços.

21. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

RS / mil	2017	2016
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FPV	22.251	21.461
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FJF	9.724	7.773
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FMCE	1.461	1.138
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FI	8.494	10.922
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – FE	915	1.932
Provisões Trabalhistas/Rescisórias – SEDE	835	735
Total de Fornecedores	43.680	43.961

Em 31 de dezembro de 2017, a IMBEL® estava sujeita a 1.576 ações judiciais de natureza cível, previdenciária, trabalhista e tributária, com variadas características e em diversas fases do rito processual. A Administração, baseada na análise individual dos processos e de acordos em andamento, tendo como



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

suporte a opinião de seus assessores jurídicos, registrou a Provisão para Contingências dos processos cuja probabilidade de perda foi julgada como provável.

Em 2017, os valores dos processos judiciais avaliados com grau de risco de perda possível e não provisionados, em conformidade com o CPC 25, estão estimados em valor mínimo de R\$ 18.781 (em R\$/mil) classificados por natureza das causas, conforme a seguir:

	RS	2017	2016
Cível		32	14
Previdenciária		-	-
Trabalhista		184	111
Tributária		5	15
Total Demanda		221	140

22. PROVISÕES DIVERSAS

	RS / mil	2017	2016
Provisão para férias		10.488	9.285
Provisão para Comissões		8	8
Provisão para Danos ao Meio Ambiente		276	188
Provisão Dissídio Coletivo (2016/2017)		-	5.531
Total de Provisões Diversas		10.772	15.012

23. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	RS / mil	2017	2016
Outras Contas a Pagar		7	3
Materiais de Terceiros		9.623	5.160
Total de Outras Obrigações		9.630	5.163

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E CONTRIBUIÇÕES

	RS / mil	2017	2016
Créditos da União (encargos)		-	1.795
Tributos Federais		-	1.900
Tributos Estaduais/Municipais		-	-
Total		-	3.695



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

25. CAPITAL SOCIAL

	RS / mil	2017	ORIGEM
Capital Realizado		378.460	100% UNIÃO
Total		378.460	

26. LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS

	RS / mil	2017	2016
Resultado do Exercício		83.197	70.976
Resultado de Exercícios Anteriores		(5.002)	-
Prejuízos acumulados de exercícios anteriores.		(63.998)	(134.975)
Lucros a distribuir		14.197	-
Reserva Legal		(710)	-
Dividendos a distribuir		(3.372)	-
Reserva de Lucros a Realizar		(10.115)	-
Prejuízo acumulado		-	(63.998)

A IMBEL®, de acordo com o seu Estatuto Social em vigor (Decreto 5.338 de 12 de janeiro de 2005, artigo 109), tem estabelecida a destinação dos lucros na seguinte ordem:

- Absorção dos prejuízos acumulados;
- 5% (cinco por cento) para constituição da Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% (vinte por cento do capital social); e
- No mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, em harmonia com a política de dividendos aprovada pela IMBEL.

27. CUSTOS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Custos Vendas Nacionais		32.552	41.379	-21%
Custo das Vdas no Merc Ex		0	151	-100%
Custos Industrializações		11.260	2.160	421%
Custo Serviços Prestados		339	148	129%
Custos Revenda Mercadoria		1.262	602	110%
Recuperação de Custos		-239	(373)	-36%
Total		45.174	44.067	3%



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

Custo por Filial RS/mil	2017	2016	A.H. %
Fábrica Presidente Vargas (FPV)	12.989	8.662	50%
Fábrica de Juiz de Fora (FJF)	4.746	12.601	-62%
Fábrica de Material de Com. e Eletrônica (FMCE)	746	3.150	-76%
Fábrica de Itajubá (FI)	23.235	15.685	48%
Fábrica da Estrela (FE)	3.408	3.969	-14%
Total	45.174	44.067	3%

28. MANUTENÇÃO DE CAPACIDADE ESTRATÉGICA

O saldo registrado na rubrica no valor de R\$32.030 (valor em R\$/mil) compõe-se de gastos referentes à manutenção da infraestrutura dimensionada para as exigências de mobilização das Forças Armadas. Esses gastos incorrem mesmo não havendo processo produtivo, por ser de responsabilidade da Empresa a referida manutenção (inciso V, Parágrafo Único, Art. 4º do Decreto 5.338, de 12 de janeiro de 2005 - Estatuto Social da IMBEL®).

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

RS / mil	2017	2016	A.H. %
Salários, gratif., benef. e enc. sociais	34.662	31.061	12%
Serviços de Terceiros PJ	4.950	6.839	-28%
Despesas Legais e Judiciais	2.705	4.957	-45%
Depreciações e Amortizações	2.467	2.771	13%
Manutenção e Conservação de Imóveis	1.488	1.297	15%
Mnt e Conserv. de Máq. e Eqp.	1.078	1.203	-10%
Honorários da Diretoria	1.922	1.029	87%
Demais despesas administrativas	16.844	14.232	18%
Total de Despesas Administrativas	66.115	63.389	4%

30. DESPESAS COMERCIAIS

RS / mil	2017	2016	A.H. %
Salários, gratificações, benefícios e encargos sociais trabalhistas	596	925	-36%
Provisão para devedores duvidosos	3.403	1.576	116%
Comissões de terceiros sobre vendas	1.851	1.676	10%
Perdas nos recebimentos de créditos	19	755	-97%
Reversão de Provisão para devedores duvidosos	(2.290)	(4.929)	-54%
Demais despesas comerciais	1.717	371	131%
Total de Despesas Comerciais	5.296	373	1.086%

O valor de R\$2.290 (valor em R\$/mil) é oriundo de uma reversão de duplicatas de clientes provisionadas no passado como perdas que a IMBEL® conseguiu recuperar através de ações de cobrança.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Tributos Federais		1.153	1.572	-27%
Tributos Estaduais		1.283	2.810	-54%
Tributos Municipais		342	340	1%
Total de Despesas Tributárias		2.778	4.722	-41%

32. DESPESAS DIVERSAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Varição de Estoques		-9.517	(145)	6.463%
Refugos		2.553	2.343	9%
Garantia da Qualidade dos Produtos		2.245	810	177%
Despesa com Pesquisas		2.616	2.812	-7%
Provisão para Perdas em Estoques		1.738	35	4.866%
Provisões Trabalhistas/Rescisórias/Apos.		7.129	12.351	-42%
Provisão para Danos ao Meio Ambiente		87	103	-16%
Despesas Indedutíveis		50	1.357	-96%
Total de Despesas Diversas		6.901	19.517	-65%

33. RECEITAS DIVERSAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Outras Receitas Operacionais		0	218	-100%
Reversão de Provisões		8.227	2.350	250%
Total de Receitas Diversas		8.227	2.568	220%

34. DESPESAS FINANCEIRAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Descontos Concedidos		1	14	-93%
Despesas Bancárias		21	1	200%
Juros Passivos		445	221	101%
Juros s/ Tributos		61	171	-64%
Multas indedutíveis		427	1.323	-68%
Variações Cambiais Passivas		352	127	177%
Total de Despesas Financeiras		1.307	1.857	-30%



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

35. RECEITAS FINANCEIRAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Descontos Obtidos		48	754	-94%
Dividendos		633	310	104%
Juros Ativos		349	181	93%
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras		16.061	10.827	48%
Variações Cambiais Ativas		20	37	-45%
Multas s/ Recebimentos		339	52	552%
Total de Receitas Financeiras		17.450	12.161	43%

36. OUTRAS DESPESAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Perdas no Imobilizado		38	1.205,00	-97%
Perdas nos Investimentos		-	163,00	-100%
Total Despesas Eventuais		9	24,00	-63%
Total de Outras Despesas		47	1.392	-97%

37. OUTRAS RECEITAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Ganhos no Imobilizado		3.255	3.325	-2%
Ganhos nos Investimentos		-	67	-100%
Aluguéis		759	758	0%
Outras Receitas		3.069	1.870	64%
Total de Outras Receitas		7.083	6.020	18%

38. RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

	RS / mil	2017	2016	A.H. %
Receita Orçamentária de Custeio		160.390	164.606	-3%
Receita Orçamentária de Investimento		7.752	11.369	-32%
Total		168.142	175.975	-4%

As receitas orçamentárias referidas no quadro acima são as subvenções econômicas recebidas da União, destinadas ao pagamento de despesas de pessoal e demais custeios (receita orçamentária de custeio) e para pagamento de despesas de capital como aquisições de imobilizado (receita orçamentária de investimento).



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

39. PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA

Exercício	IRPJ		CSLL	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo/Lucro Líquido antes da CSLL/IRPJ	106.273	91.255	106.273	91.255
Total das Adições	10.982	15.502	11.624	16.137
Total das Exclusões	19.058	19.148	19.058	19.148
Base de Cálculo antes da Compensação	98.196	87.610	98.839	88.245
Compensações 30%: Prejuízo Fiscal/Base Negativa	29.459	26.283	28.652	26.473
Prejuízo/Lucro Real / CSLL Real	65.236	61.327	65.686	61.771
IRPJ/CSLL Apurado	9.785	15.308	5.911	5.559
(-) IRRF Retido/CSLL Retido/Antecipações	3.477	2.749	153	4.751
(-) Benefícios Fiscais (PAT / Vale Cultura / Lic. Maternidade)	310	590	-	-
IRPJ / CSLL a recuperar/devido	10.471	11.969	5.032	808
(-) Saldo Negativo de IRPJ/CSLL Períodos Anteriores	-	9.842	-	-
IRPJ / CSLL a Recolher	2.898	2.126	725	808
(-) Pagamento Antecipado Competência Dezembro	-	146	-	33
IRPJ / CSLL a Recolher	2.898	1.980	1.041	775

A IMBEL®, em 2017, optou pelo método de apuração do IRPJ e CSLL o Regime do Lucro Real com pagamento por estimativa mensal, em concordância com a obrigatoriedade citada na Lei 10.637/02.

Foi realizada no exercício de 2017 a compensação de prejuízos fiscais de anos anteriores no valor de 29.459 (valor em R\$/mil) e 29.652 (valor em R\$/mil) nas bases de cálculos do IRPJ e CSLL respectivamente, de acordo com a legislação vigente.

40. COBERTURA DE SEGUROS

A Empresa contrata seguros somente para as cargas e veículos, e os demais bens não possuem qualquer tipo de cobertura de seguro contra eventuais sinistros, em razão do elevado custo dos prêmios correspondentes.

41. REMUNERAÇÃO DOS DIRIGENTES E EMPREGADOS

As remunerações dos administradores da Empresa no mês de dezembro de 2017 estão discriminadas a seguir:

Dirigentes	em R\$	2017	2016
Diretor-Presidente		20.136,72	20.136,72
Vice-Presidente Executivo		19.129,88	19.129,88
Diretores		18.123,04	18.123,04

A remuneração dos dirigentes foi fixada pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, conforme Nota Técnica nº 9.787/2016/CGCOR/SEST/SE-MP, de 08 de julho de 2016.



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

O Conselho de Administração da IMBEL é composto de 6 (seis) conselheiros. O valor dos honorários em 2017 foi de R\$ 1.862,65 para cada membro do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal da IMBEL é composto de 3 (três) conselheiros. O valor dos honorários em 2017 foi de R\$ 1.862,65 para cada membro do Conselho de Administração.

A remuneração dos empregados está de acordo com o Plano de Empregos, Carreiras e Salários (PECS), Plano de Empregos em Comissão (PEC), aprovados pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST e pelo Comando do Exército, por meio das Portarias nº 743, de 12 de setembro de 2012 (DOU nº 181, de 18 de setembro de 2012) e nº 373, de 29 de abril de 2014 (DOU nº 81, de 30 de abril de 2014), respectivamente, e acordos coletivos posteriores.

Empregados	em R\$	2017	2016
Maior		14.403,05	12.747,84
Menor		1.208,72	1.069,50

42. PARTES RELACIONADAS

A IMBEL[®] é uma empresa pública 100% Federal e dependente do orçamento da União, possui transações decorrentes dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo:

RS / mil	2017	2016
Com a União Federal		
Ativo Circulante		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento (fonte 100)	4.910	6.005
Passivo Circulante		
Obrigações empenhadas a pagar (restos a pagar)	64.106	59.101
Receita		
Receita – Subvenção para Custeio	160.390	164.606
Receita – Subvenção para Investimento	7.752	11.369
Despesas		
Honorários dos Administradores	(1.922)	(1.268)

43. CONCILIAÇÃO ENTRE BALANÇO PUBLICADO E BALANÇO SIAFI

Em atendimento aos itens 15 e 16 do Acórdão nº 2.016/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU, de 1º de novembro de 2006, o qual determinou diretamente às estatais que seja incluída nas notas explicativas a conciliação entre o Balanço publicado conforme a Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, e o obtido via SIAFI, de acordo com a Lei nº 4.320/64, o quadro abaixo demonstra a conciliação efetuada:



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando do Exército

RS / mil	Lei nº 6.404/76 Lei das S/A.	Lei nº 4.320/64 Contab Pública	Diferenças	Obs
Ativo Circulante	346.037	31.986	29.051	a)
Ativo Não Circulante	129.063	142.093	(13.030)	a)
Total do Ativo	475.100	459.079	16.021	
Passivo Circulante	85.815	51.462	34.353	a)
Passivo Não Circulante	0	0	-	
Capital Social	378.460	378.460	-	
Reservas	10.885	29.157	(18.332)	b)
Total do Passivo	475.100	459.079	16.021	

a) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI, tendo em vista o pouco tempo disponibilizado pelos órgãos da administração pública para efetuar os ajustes necessários.

b) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública.

A escrituração contábil de acordo com a Lei 6.404/76 ainda não se enquadra na sua totalidade às exigências do Sistema de Contabilidade do Governo Federal segundo a Lei 4.320/64 em questões de nomenclatura e função de contas. Como exemplo de função de conta, é utilizada a conta de Fornecedores a Pagar, que na contabilidade pública é lançada através da liquidação da despesa como ato emanado por autorização competente (Ordenador de Despesas) após o ateste da Obrigação e na contabilidade segundo a Lei 6.404/76, que rege a empresas privadas, as Obrigações com Fornecedores são lançadas na ordem cronológica de acordo com a entrada do produto ou serviço no Estabelecimento, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

A IMBEL®, como empresa pública, se obriga à Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e utiliza um sistema corporativo de processamento de dados (ERP - Datasul E.M.S.) que lhe permite controlar seus Bens, Direitos e Obrigações e apurar o seu Resultado.

A IMBEL® ingressou no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social em 2008 e passou a ser uma Empresa Pública Dependente, devendo atender aos ditames da Lei nº 4.320/64 e está obrigada a utilizar o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), para sua execução financeira e orçamentária.


Celso José Tiago
Diretor-Presidente


Ingrid Tiane Pimentel dos Santos
Contadora CRC-DF 012551/O-9

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

Relatório da Administração

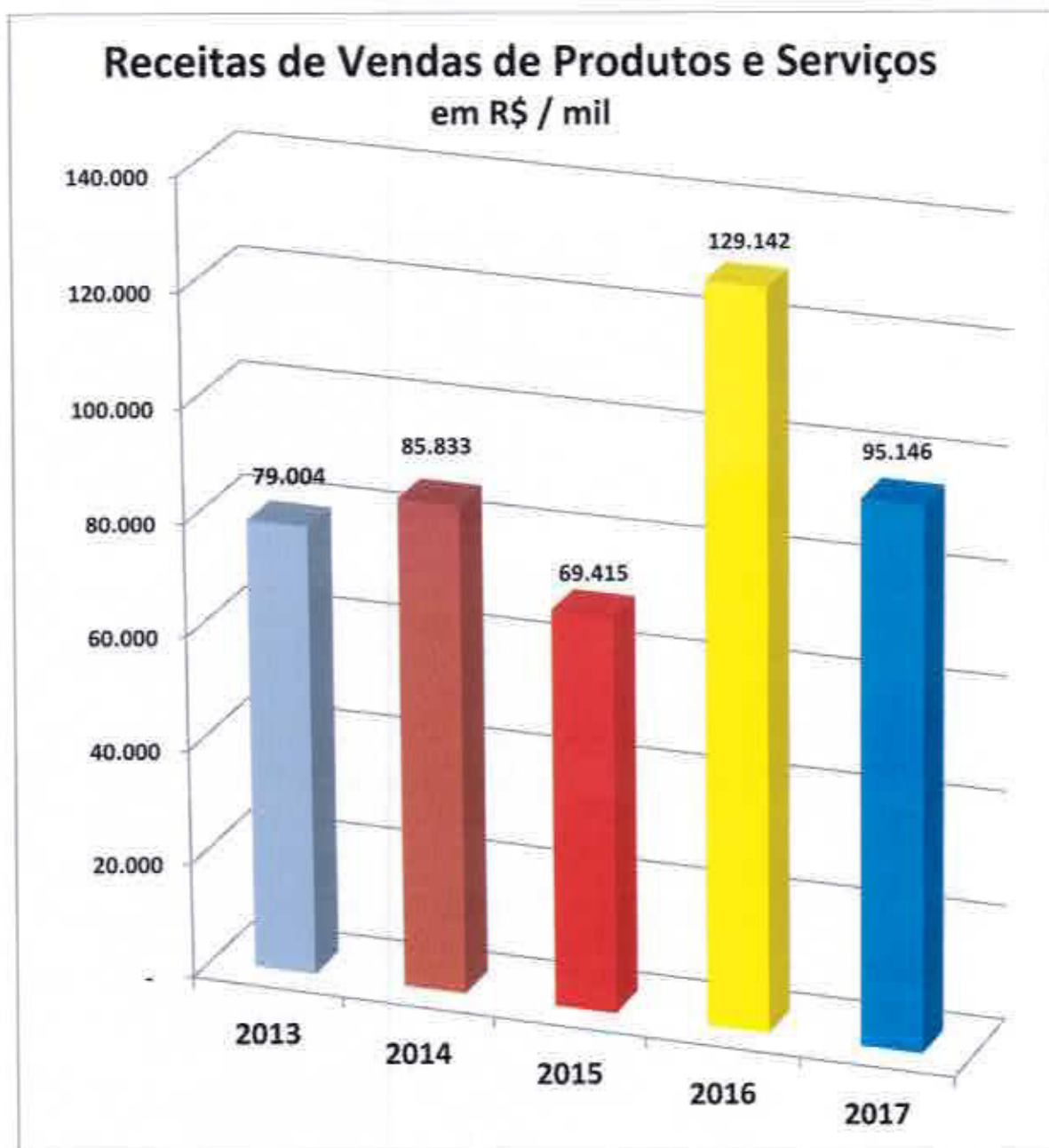


Anexo "B"
Gráficos das Demonstrações
Contábeis



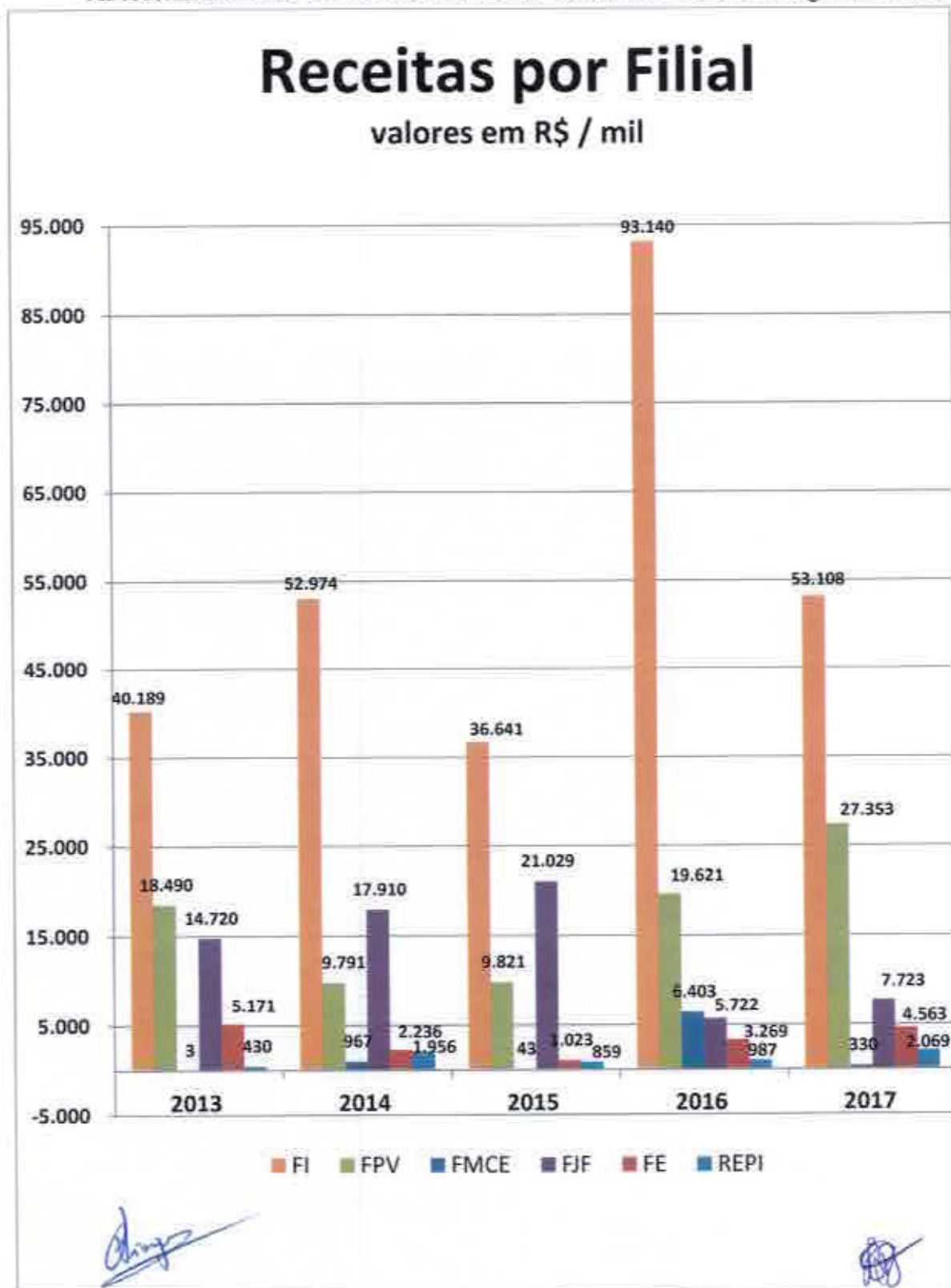
Desempenho Econômico – Financeiro
Receitas Vendas de Produtos e Serviços

Em 2017, as receitas totais da IMBEL[®] atingiram R\$ 95.146 milhões, uma redução de 26 % em relação ao ano anterior.

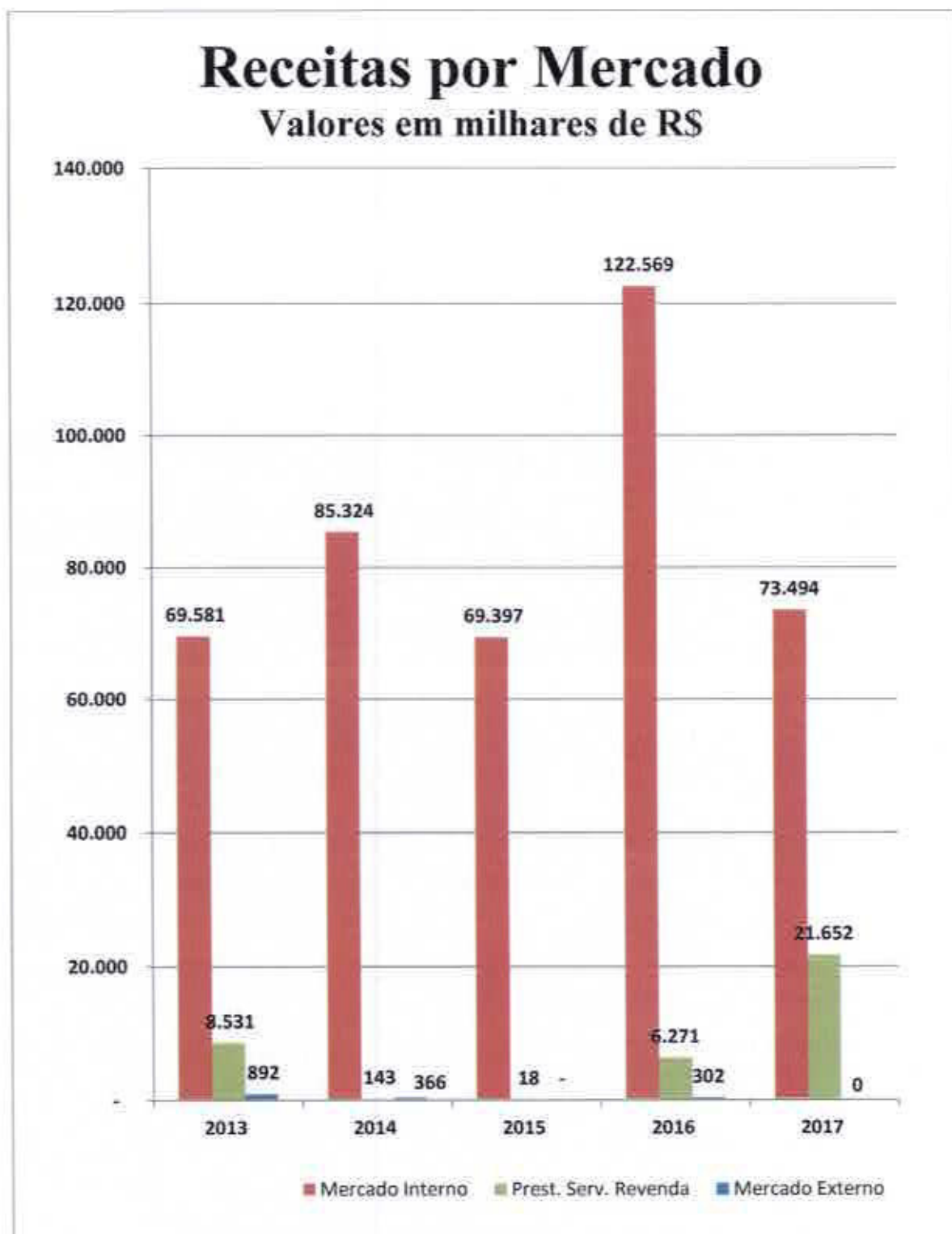


Receitas por Filial

As receitas auferidas em atividades comerciais estão distribuídas da seguinte forma:



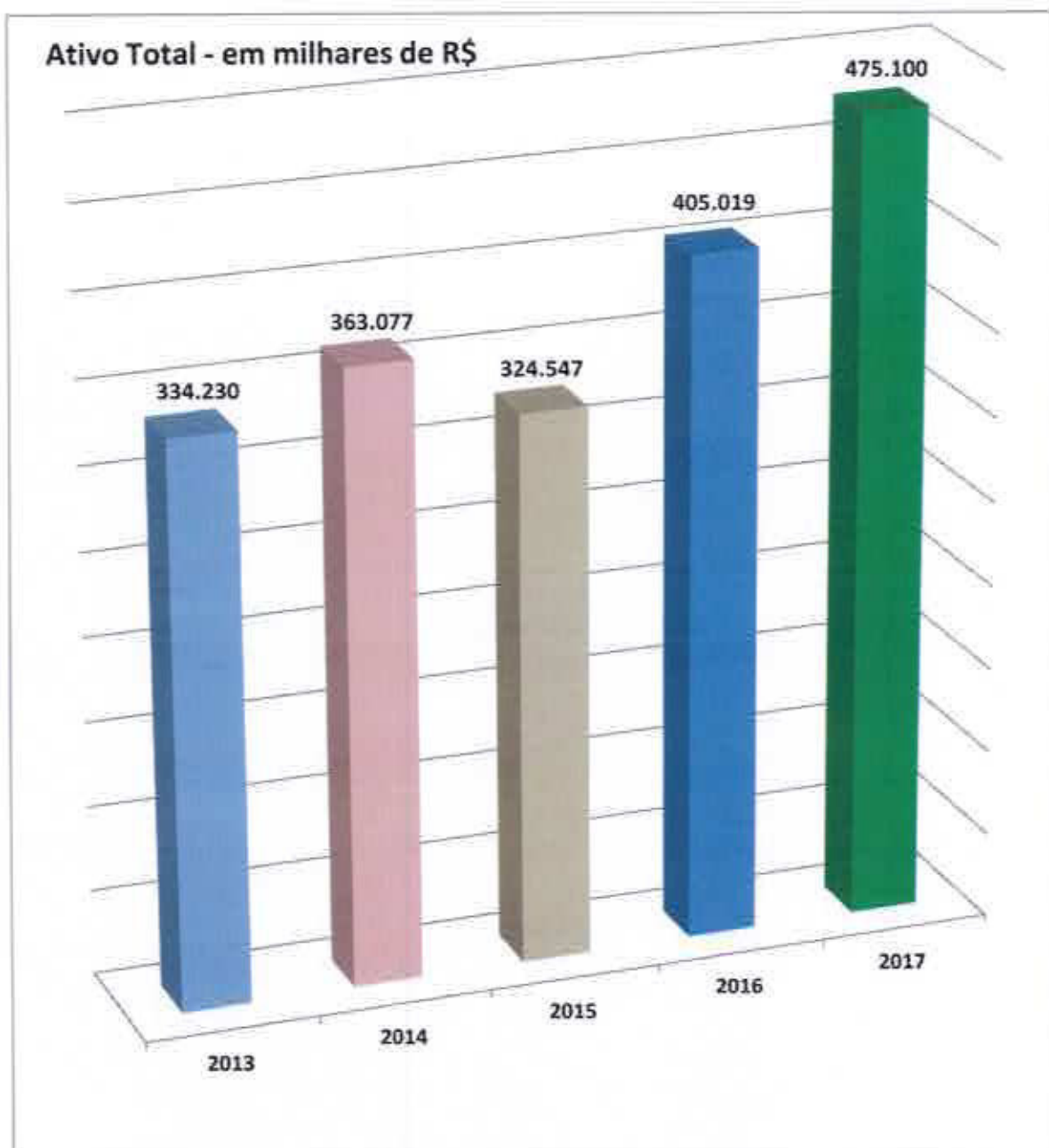
Receitas por Mercado





Ativo Total

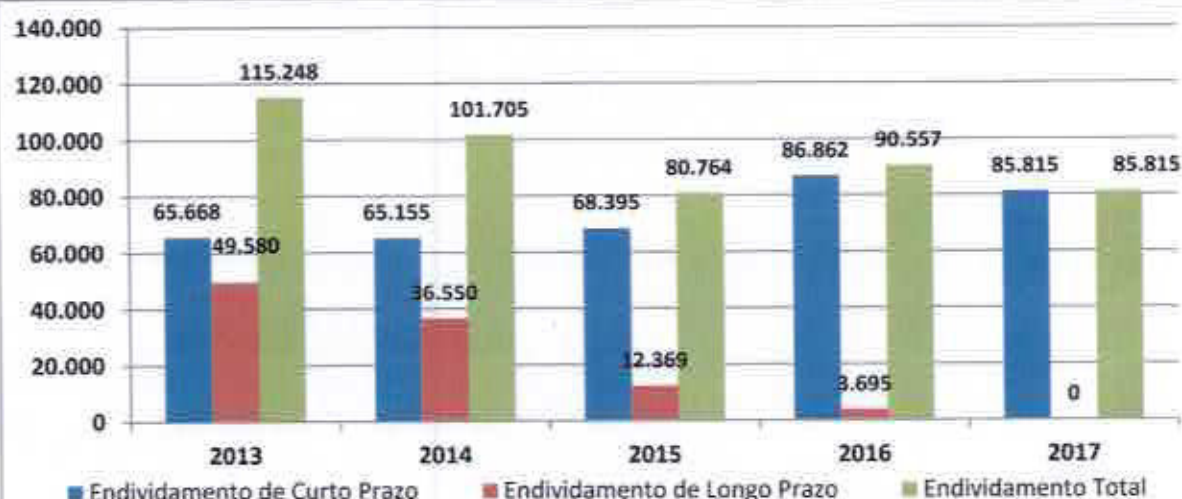
Em 2017, os ativos totais da IMBEL[®] atingiram R\$ 475.100 milhões, apresentando um crescimento de 17% em relação ao ano anterior.



**Endividamento Total**

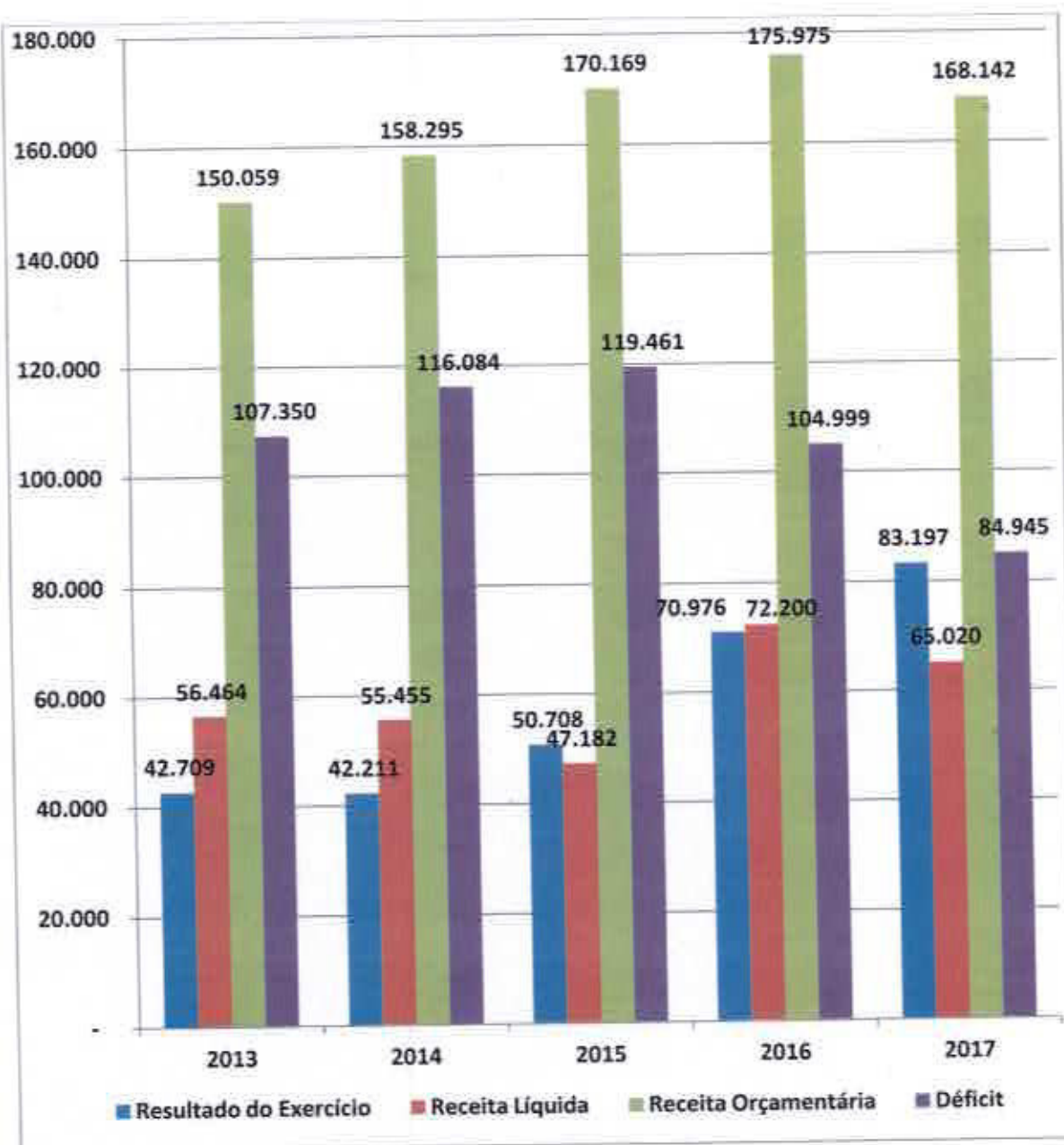
A Empresa vem reduzindo seu endividamento de longo prazo nos últimos anos, principalmente no que se refere aos parcelamentos já consolidados.

Endividamento de Curto Prazo	2013	2014	2015	2016	2017
Fornecedores	6.991	4.640	7.553	4.089	3.661
Obrigações Trabalhistas	3.934	1.035	2	5	28
Encargos Sociais Trabalhistas	4.320	2.845	1.590	1.598	852
Obrigações Tributárias	18.137	21.136	15.747	10.912	8.836
Consignações a favor de Terceiros	355	-	-	-	7
Adiantamento de Clientes	3.939	2.477	2.778	6.122	4.984
Outras contas a pagar	856	376	110	3	3.372
Materiais de Terceiros	829	874	1.138	5.160	9.623
Provisões p/ Férias	6.681	7.439	7.728	9.285	10.488
Provisões p/ Comissões	166	77	15	8	7
Provisões para dissídio coletivo	-	-	-	5.531	-
Provisões danos ao Meio Ambiente	-	-	84	188	276
Provisões Trab./Resc./Aposentadoria	19.460	24.256	31.650	43.961	43.681
	65.668	65.155	68.395	86.862	85.815
Endividamento de Longo Prazo					
Encargos Sociais Trabalhistas	4.183	3.483	2.780	1.795	0
Obrigações Tributárias	33.699	21.900	9.589	1.900	0
Provisão p/ IRPJ e CSLL Diferidos	11.698	11.167	-	-	-
	49.580	36.550	12.369	3.695	0
Endividamento Total	115.248	101.705	80.764	90.557	85.815





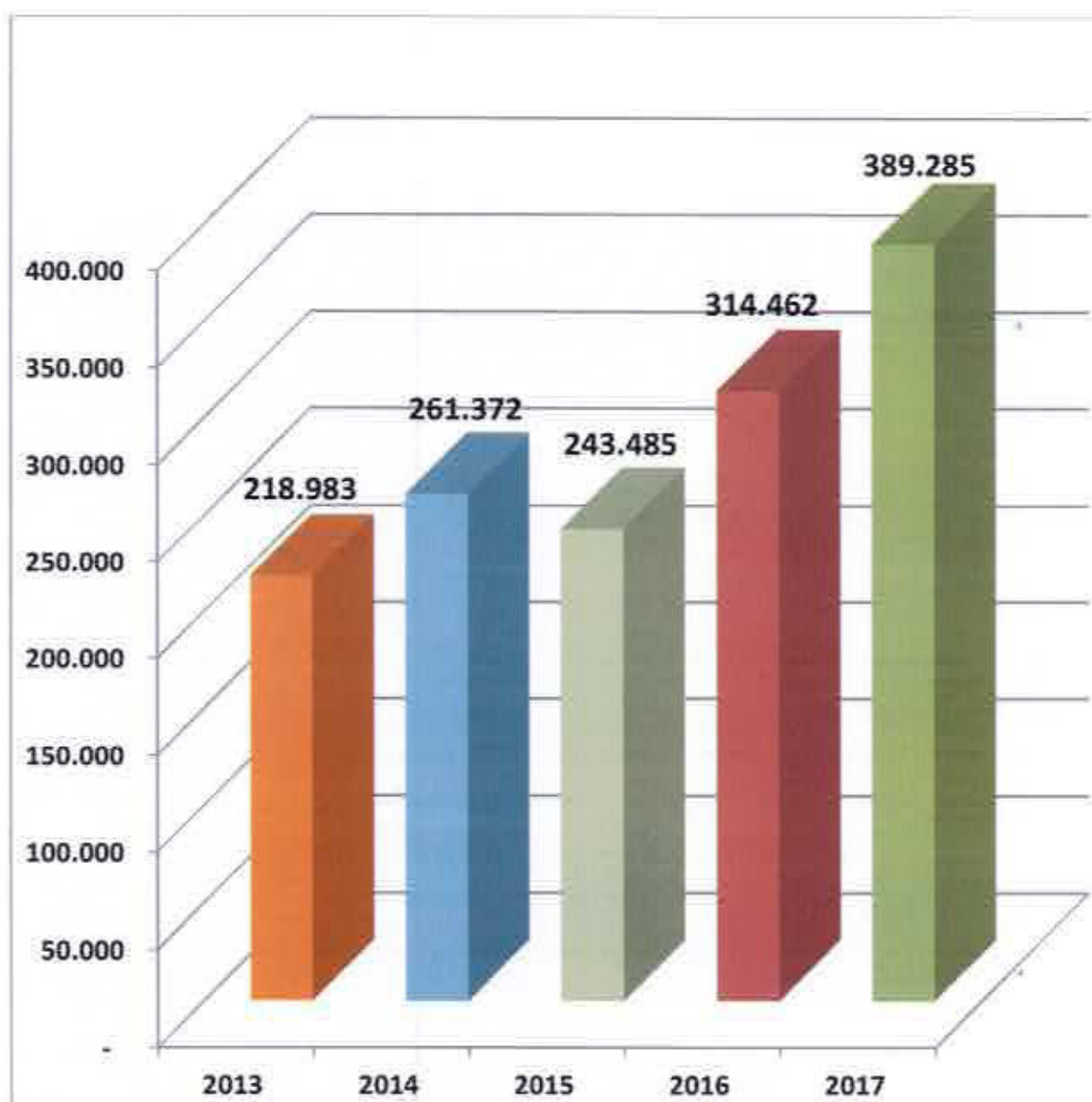
Relações da Dívida com o Orçamento





Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da IMBEL[®] em 2017 aumentou 24% comparativamente ao exercício anterior. Esse aumento do Patrimônio Líquido para o ano de 2017 deveu-se ao Lucro do Exercício.



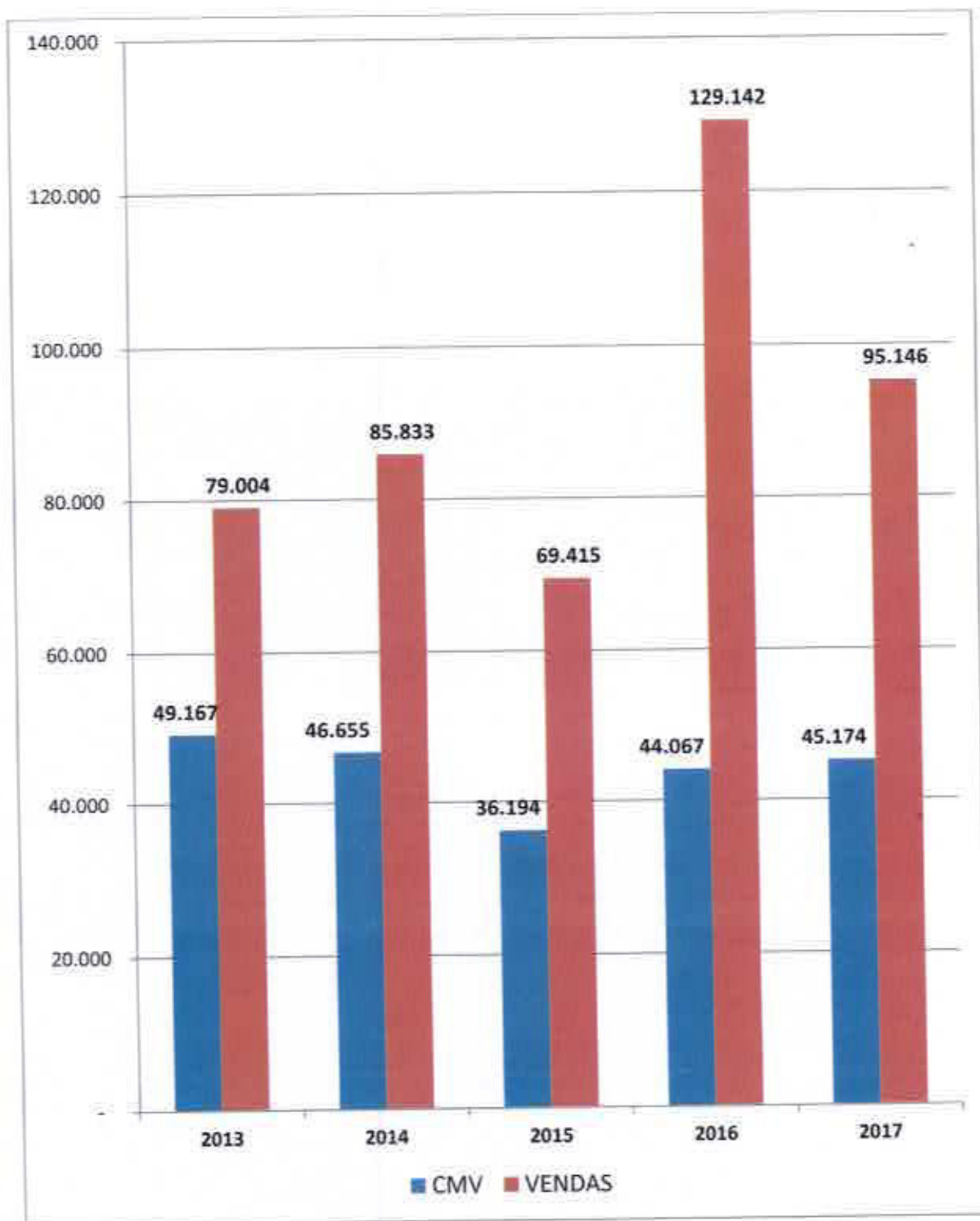


INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do
Comando do Exército



CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS X VALOR DAS VENDAS





INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

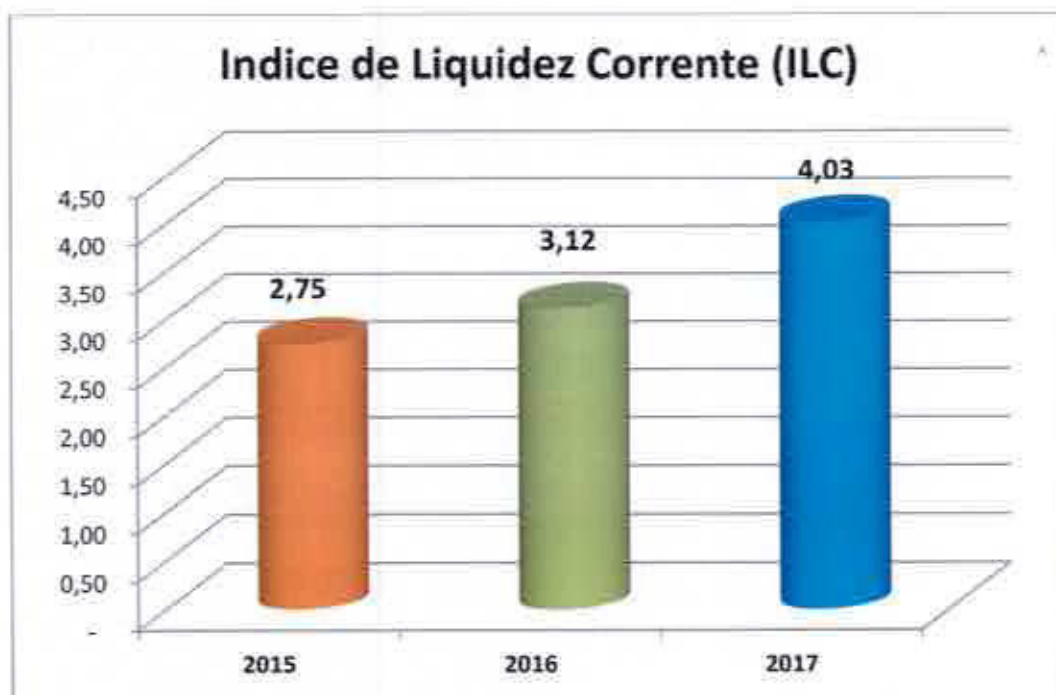
Os indicadores econômico-financeiros, tradicionalmente empregados pela contabilidade, representam o conceito de análise de balanço. Esses indicadores são construídos a partir dos conceitos de inter-relação e interdependência de elementos patrimoniais do ativo, passivo e de resultados.

O objetivo dos indicadores é evidenciar a posição da Empresa, comparando com o passado e inferindo o futuro através da tendência demonstrada pelos índices.

LIQUIDEZ CORRENTE

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Em 2017, o Índice indicou que para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto prazo (Passivo Circulante) a Empresa dispõe de R\$ 4,03 de bens e direitos de curto prazo (Ativo Circulante) para o pagamento da dívida.

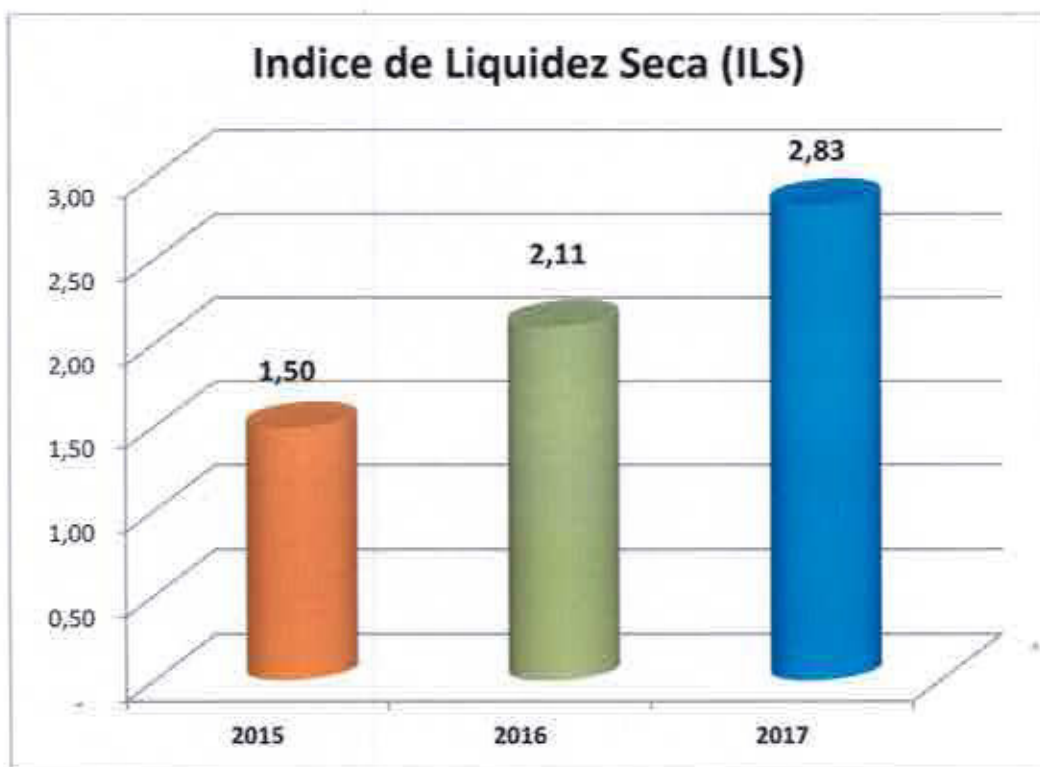


LIQUIDEZ SECA

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Ativo Circulante (-) Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este indicador tem o mesmo objetivo que o anterior, excluindo os estoques do ativo circulante. Este é um indicador de liquidez mais duro que o corrente, no sentido de que a exclusão dos estoques do ativo circulante transforma essa parcela do ativo apenas em valores recebíveis, jogando contra os valores a pagar. Para cada R\$ 1,00 de dívidas a IMBEL possui R\$ 2,83 de disponibilidade, sem contar com seu estoque.



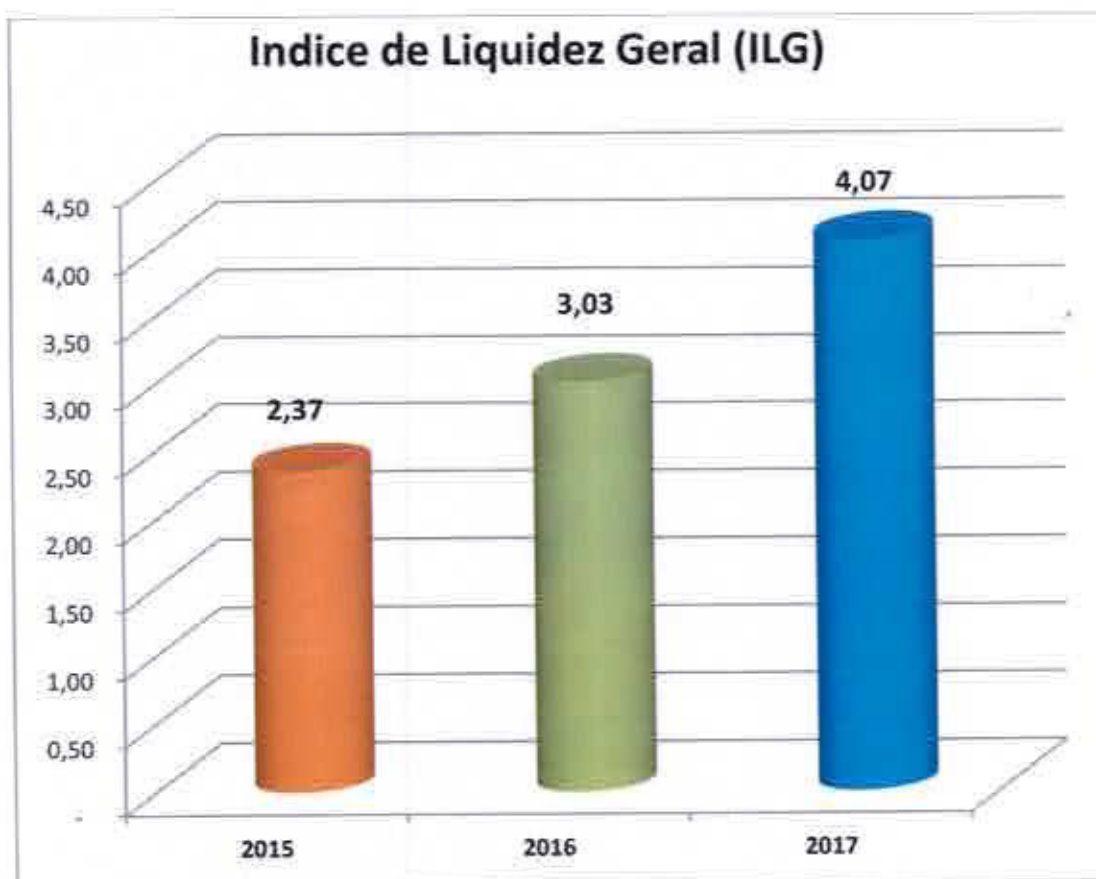


LIQUIDEZ GERAL

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Este indicador tem como objetivo verificar a capacidade de pagamento, agora analisando as condições totais de saldos a receber e a realizar versus valores a pagar, considerando tanto os saldos de curto como o de longo prazo. Na análise do ano de 2017, para cada R\$ 1,00 de dívida total, a IMBEL dispõe de R\$ 4,07.

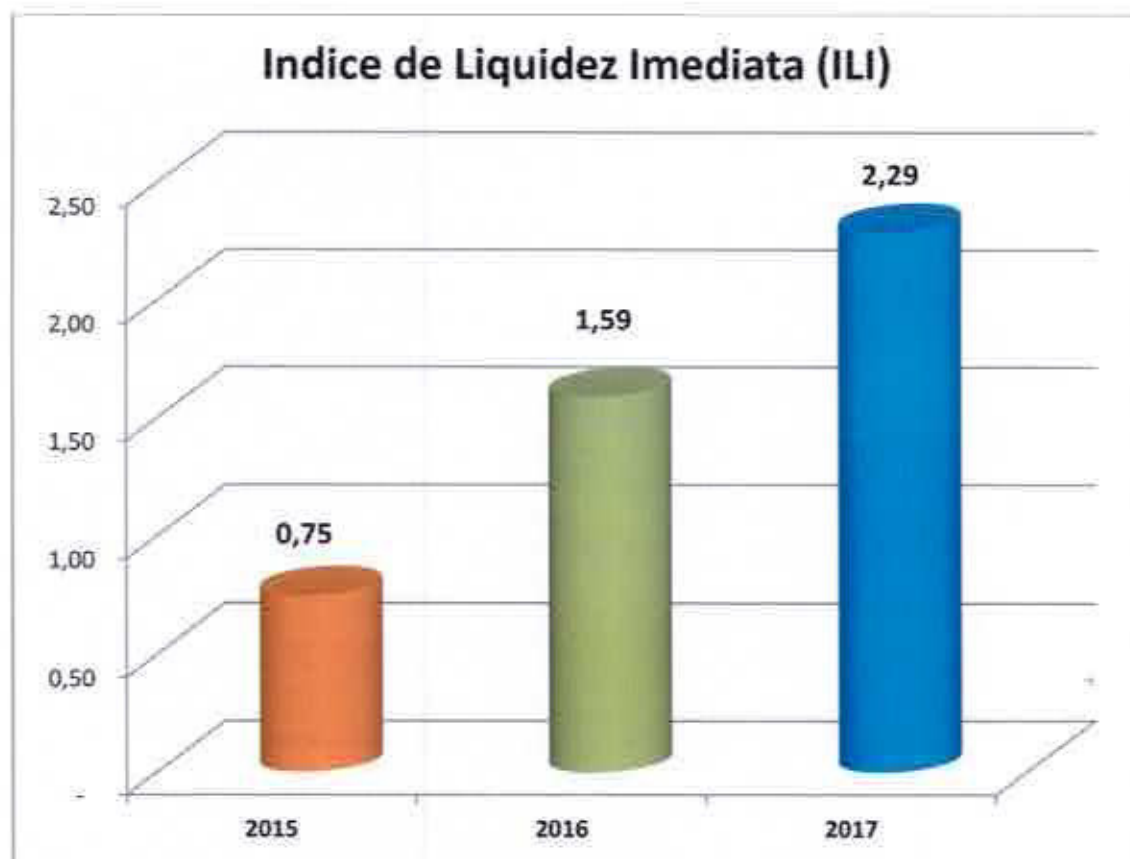




LIQUIDEZ IMEDIATA

$$\text{Fórmula de cálculo: } \frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Ao contrário do que aconteceu em 2015, na análise dos anos de 2016 e 2017 (apresentaram o resultado maior que 1), a IMBEL demonstrou que o ativo circulante e o passivo circulante, somados, são suficientes para saldar as dívidas da Empresa.





QUOCIENTE DE SOLVÊNCIA GERAL

Fórmula de cálculo:
$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não circulante}}$$

Avalia a capacidade de pagamento das exigências. A insolvência se caracteriza quando o ativo for insuficiente para saldar as dívidas da Empresa. No caso, nos últimos três anos a Empresa garante que seu ativo é capaz de saldar as dívidas existentes, dispondo em 2017 de R\$5,54 para cada R\$1,00 de dívida.



Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

Relatório da Administração



Anexo "C"

Parecer da Auditoria Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Conselheiros e Diretores da

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL

Opinião com Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos nos assuntos descritos no parágrafo "base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL - IMBEL**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Aplicação do CPC 27 e ICPC 10 Ativo Imobilizado (IAS 16)

As demonstrações contábeis da companhia não contemplam as avaliações patrimoniais apuradas através do DEEMED COST, realizado e constante em laudo técnico, consequentemente, os cálculos da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes e os pontos principais a serem considerados na contabilização do seu ativo imobilizado, de acordo com CPC 27 e o ICPC 10, tais como: o reconhecimento; a determinação dos seus valores contábeis; taxas e valores de depreciação; perdas por desvalorização (teste de impairment) não foram reconhecidos.

Aplicação do CPC 07(R1) (IAS 20)

A companhia recebe subvenções econômicas da União destinadas ao pagamento de despesas de pessoal e demais custeios (receita orçamentária de custeio) e para pagamento de despesas de capital como aquisições de imobilizado (receita orçamentária de investimento). A contabilidade da companhia reconhece os valores

recebidos diretamente como outras receitas (conta de resultados) no momento da transferência do recurso pela União. De acordo com o CPC 07 (R1) o reconhecimento das subvenções governamentais como receita deve ocorrer de forma sistemática permitindo o confronto com as despesas as quais esteja vinculada. Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar. A companhia deveria contabilizar em outras receitas (conta de resultado) as subvenções correlacionadas com as despesas, custos e amortizações incorridas. As não incorridas, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deveria ser feita em conta específica do passivo (receita diferida). O reflexo da não aplicação do CPC 07 (R1) na elaboração das demonstrações contábeis da companhia é a superestimação do lucro e do patrimônio líquido, com reflexo nos cálculos do imposto de renda, contribuição social e dividendos.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 27 de fevereiro de 2017, sem modificação.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 -

Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2018.



CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP
CRC 2SP 023880/O-7 "S" DF



ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 "S" DF

Empresa Estratégica de Defesa e Segurança desde 1808

Relatório da Administração



Anexo "D"
Parecer da Auditoria Interna



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do

Comando do Exército

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUDITORIA INTERNA

PARECER Nº002/2018

Assunto: Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

I. INTRODUÇÃO

Auditoria Interna (AI) é vinculada ao Conselho de Administração, a quem se reporta diretamente, conforme disposto no art. 98 do Estatuto Social da IMBEL e em cumprimento à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo art. 17 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 examinou, no período compreendido entre os dias 19 e 20 de março de 2018, as peças que compõem as Demonstrações Contábeis da IMBEL relativas ao exercício de 2017.

II. DESENVOLVIMENTO

Segundo o IBRACON (NPC 27), "as demonstrações contábeis são uma representação monetária estruturada da posição patrimonial e financeira em determinada data e das transações realizadas por uma entidade no período findo nessa data. O objetivo das demonstrações contábeis de uso geral é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro de uma entidade, que são úteis para uma ampla variedade de usuários na tomada de decisões. As demonstrações contábeis também mostram os resultados do gerenciamento, pela Administração, dos recursos que lhe são confiados.

O exame das Demonstrações Contábeis da IMBEL referente ao exercício de 2017 foi realizado com vistas a assegurar que as informações apresentadas estão de acordo com os registros contábeis, seus relatórios e documentações comprobatórias verificadas ao longo da execução dos trabalhos de auditoria.

Um dos aspectos a considerar no presente parecer é que os trabalhos de auditoria interna no ano de 2017, no que diz respeito à análise das Demonstrações Contábeis, foram realizados por uma equipe diferente da atual.

Cabe ressaltar, que há um parecer realizado por uma equipe de auditoria independente externa, representado pela empresa Control Auditoria e Contabilidade

EPP, que avaliou no contexto deste trabalho a posição patrimonial e financeira, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Após análise das Demonstrações Contábeis da IMBEL relativas ao exercício do ano de 2017, previstas no anexo “A” do Relatório de Administração, verifica-se que estas foram elaboradas em conformidade com as Leis 4.320/64 e 6.404/76, e suas alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09. Além disso, pode-se dizer que foram observados os Princípios e Pronunciamentos Contábeis, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e demais práticas contábeis adotadas no Brasil.

Quanto ao controle interno, cabe destacar que a IMBEL vem adotando a inserção de uma metodologia voltada à gestão de riscos, visando à seleção dos macroprocessos e atividades para a execução dos trabalhos onde se possa atingir uma cultura de gestão de riscos sistemática, estruturada e oportuna, com o objetivo de se estabelecer níveis adequados de exposição a riscos alinhados ao planejamento estratégico da Empresa. Tais ações impactam diretamente na elaboração do Relatório de Administração e, conseqüentemente, nas Demonstrações Contábeis.

Avalia-se que a apresentação geral, a estrutura e a divulgação das Demonstrações Contábeis estão compatíveis e adequadas com as normas vigentes.

Em relação ao conteúdo, observa-se neste aspecto, a atenção à legislação pública (Lei 4.320/64) e privada (Lei 6404/76 e suas alterações).

Por fim, é opinião desta AI que a Administração é responsável pela apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos processos de controles internos necessários a sua elaboração.

III. CONCLUSÃO

Considerando que a AI desempenha suas funções com independência e objetividade e, com base em suas atividades, presentes nas atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, após o exposto, conclui-se que:

a) as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

b) de um modo geral, os processos, atividades e controles internos da Empresa estão amparados e aderentes às normas internas, portarias, diretrizes, regulamentos, instruções normativas e à legislação aplicável;

c) não foram observadas ações que pudessem comprometer a independência da Auditoria Interna e Externa; e

d) não foram identificadas inconsistências materiais que possam impactar de forma significativa as Demonstrações Contábeis anexas ao Relatório de Administração 2017.

Para que os saldos continuem a apresentar fidedignamente a realidade da Empresa, esta Auditoria interna ressalta a observância integral das recomendações levantadas pela Auditoria Interna, Auditoria Independente Externa, além das emitidas pelos Órgãos de Controle Internos e Externo.

Brasília-DF, 20 de março de 2018


WAGNER JOSÉ DE ARAUJO – Cel R/1
Chefe Interino da Auditoria Interna da IMBEL



INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL
Vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do
Comando do Exército

NIRE Sede 53 5 0000027-5 - CNPJ 00.444.232/0001-39

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PARECER Nº 01-CA, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Conselho de Administração da Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL, em sua 303ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, cumprindo o que determina o inciso V, do Art.142, da Lei nº 6.404/76, e disposições estatutárias contidas no inciso IV, do Art. 56 do Estatuto Social, aprovado em 14/12/2017, tomou conhecimento do Relatório Anual da Administração e das Contas da Diretoria, referentes ao Exercício Social encerrado em 31/12/2017 e, considerando as conclusões apresentadas nos Pareceres da CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE EPP – Registro CRC 2SP 023880/0-7 “S” DF, de 09/03/2018 e da Auditoria Interna da IMBEL, de 20/03/2018, manifesta-se, favoravelmente, à aprovação da Prestação de Contas da Empresa.

Brasília, DF, 21 março de 2018.



SINCLAIR MAYER

Presidente do Conselho de Administração da IMBEL